

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

FLÁDSON RICARDO MENDES DOS SANTOS

**A PERCEPÇÃO DOS GESTORES DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – IFS
CAMPUS LAGARTO ACERCA DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

João Pessoa – PB

2017

FLÁDSON RICARDO MENDES DOS SANTOS

**A PERCEPÇÃO DOS GESTORES DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – IFS
CAMPUS LAGARTO ACERCA DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Desenvolvimento e Meio
Ambiente da UNIVERSIDADE FEDERAL
DA PARAÍBA – UFPB, para obtenção do grau
de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Márcia Batista da
Fonseca

Co-Orientador: Prof. Dr. José Osman dos
Santos

João Pessoa – PB

2017

S237p Santos, Fládson Ricardo Mendes dos.
A percepção dos gestores do Instituto Federal de Sergipe
– IFS *campus* Lagarto acerca das licitações sustentáveis /
Fládson Ricardo Mendes dos Santos. - João Pessoa, 2017.
78 f. : il. -

Orientadora: Márcia Batista da Fonseca.
Coorientador: José Osman dos Santos.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/PRODEMA

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Licitações
sustentáveis. 3. Sustentabilidade. 4. Responsabilidade
Socioambiental. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 502.131.1(043)

FLÁDSON RICARDO MENDES DOS SANTOS

**A PERCEPÇÃO DOS GESTORES DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – IFS
CAMPUS LAGARTO ACERCA DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB como requisito para obtenção do grau de Mestre.

João Pessoa – PB, 24 de fevereiro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Márcia Batista da Fonseca – UFPB

Prof^a. Dra. Maria Grisel Longo – UFPB

Prof^a. Dra. Patrícia Soares de Araújo Carvalho – IFPB

Dedicatória

À minha Família, pelos sábios conselhos e incondicional apoio às minhas escolhas!

Aos amigos de ontem, de hoje e de sempre!

AGRADECIMENTOS

A Deus, que tem iluminado e guiado os meus passos durante toda minha jornada nesta terra, dando-me a força interior necessária para prosseguir, não me deixando esmorecer, mesmo diante das adversidades.

A minha genitora, a nobre guerreira Maria Sileide, por conceber-me a vida, pelo amor incondicional, pela preocupação e zelo, por todo carinho, incentivando-me à continuidade dos meus estudos, apesar das grandes barreiras encontradas.

Ao querido Josinaldo Cavalcanti, pelos conselhos e puxões de orelha nas horas certas e pela irrestrita compreensão, paciência e incentivo.

As minhas queridas irmãs, Warliany, Érica e Jacqueline, a quem devo os mais calorosos e sinceros abraços, pela amizade e respeito, pela motivação e acima de tudo pela compreensão acerca da minha ausência do seio familiar durante esses anos.

A minha orientadora, Professora Dra. Márcia Batista da Fonseca, pela extrema competência, dedicação, ética, paciência, disponibilidade, apoio, motivação e primordial orientação. Seus conselhos enriqueceram esse trabalho desde os primeiros momentos, e fez-me perceber o amadurecimento que eu necessitava para chegar até aqui. Sua contribuição com o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal será sempre imensurável.

Ao meu co-orientador, Professor Dr. José Osman dos Santos, que se fez presente durante todas as etapas da pesquisa, também com muita competência, ética e respeito, fomentando intensas discussões e ideias que só enriqueceram o trabalho.

Ao professor do IFS, Dr. Lício Valério pelo apoio durante a concepção do projeto de mestrado, pelo apoio fundamental que me conduziu a aprovação na seleção para o programa.

A todos os professores do Prodepa, que sem medir esforços se deslocaram até a cidade de Aracaju/SE para ministrar as disciplinas do programa, com exímia competência, em especial a Professora Dra. Cristina Crispim e o Professor Dr. José Nascimento.

Aos Instituto Federal de Sergipe – IFS e Universidade Federal da Paraíba pela parceria firmada, oportunizando servidores do IFS a ingressarem no tão sonhado Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aos Gestores do IFS- Campus Lagarto, pelo extremo respeito aos propósitos da pesquisa, bem como por toda a colaboração;

Ao profissional e colega de trabalho, matemático Weslei Maycon Maltezo, pela disponibilidade e contribuição em momento crucial;

Aos amigos de ontem e de hoje, Aguinaldo Novaes de Oliveira, Kleber José Pinho, Ruth Sales, Glaucia Passos, Tatiana Nascimento e todos aqueles que ao longo da jornada apoiaram minhas escolhas.

Aos meus tios Wilson e Miguel, que em 2016 se despediram deste mundo e foram morar com Deus.

As amigas e anjos da guarda, Alice Moraes e Shirley Monteiro, pelas incríveis oportunidades de aprendizado, pelo amor e carinho, pela troca de experiências e pela orientação ao meu desenvolvimento profissional.

Aos meus colegas de sala de aula, pela união e apoio constantes, por fazerem mais leves esses dois anos de estudos e de muita pesquisa, fortalecendo laços de amizade e de fé na vida.

Aos componentes da Banca, Professoras Dra. Maria Grisel Longo e Dra. Patrícia Soares de Araújo Carvalho, pelo respeito, encorajamento, motivação, contribuições de grande relevância na qualificação, e por fazerem parte da educação pública deste país.

Enfim, os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que ajudaram a tirar as pedras do meu sapato e os espinhos do meu caminho, me estenderam a mão nos momentos mais difíceis, me abraçaram, sorriram ou até mesmo comigo choraram.

Muito obrigado por fazerem parte deste momento mágico!

Epígrafe

“A Terra tem o suficiente para todas as nossas necessidades, mas somente o necessário.”
Mahatma Gandhi

RESUMO

A necessidade das nações de promover o crescimento de suas economias sem destruir o meio ambiente ou sacrificar o bem-estar das futuras gerações, transformando sobretudo, o mundo dos negócios, tornou-se um desafio na atualidade. Diante da sua primordial relevância, a sustentabilidade passou a ocupar cada vez mais espaço nas diversas discussões e nos últimos tempos os olhares estão voltados para a Administração Pública, muito provavelmente pelo seu poder estatal, com dever constitucional de implementar políticas públicas que colaborem com a economia na utilização dos recursos naturais, garantindo sua preservação e contribuindo efetivamente com a possibilidade do provimento desses recursos para as gerações futuras. O presente estudo tem como objetivo diagnosticar a percepção dos gestores do Instituto Federal de Sergipe (IFS) – *Campus* Lagarto, acerca das licitações sustentáveis. Metodologicamente, o estudo classifica-se quanto aos procedimentos como pesquisa de campo, quanto a abordagem como qualitativa-descritiva, utilizando-se de um questionário estruturado para coleta dados, para tratamento a técnica de *clusters*, aliada a um índice denominado Grau de Visão Sobre Licitações Sustentáveis (GVLS). Os resultados apontam para o fato de que os gestores se sensibilizam sobre a possibilidade de mudanças de comportamento, seja de ordem funcional ou institucional, para a adoção das licitações sustentáveis. Assim, sugere-se ao IFS – *Campus* Lagarto, a implementação das licitações sustentáveis, utilizando-se da regulamentação e padronização dos procedimentos licitatórios, formatação de um plano de contratações sustentáveis, criação de programas de educação ambiental extensiva a gestores e servidores, aplicação de pesquisas periódicas de percepção ambiental, abrangendo a comunidade interna e externa e fortalecendo a comunicação interna acerca de procedimentos e normas vigentes.

Palavras-chave: Licitações sustentáveis. Sustentabilidade. Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Socioambiental.

ABSTRACT

The need for nations to promote the growth of their economies without destroying the environment or sacrificing the well-being of future generations, transforming especially the business world, has become a challenge today. In view of its fundamental relevance, sustainability has become more and more space in the various discussions, and in recent times the focus has been on the Public Administration, most probably for its state power, with a constitutional duty to implement public policies that collaborate with the economy. In the use of natural resources, ensuring their preservation and contributing effectively to the possibility of providing these resources for the future generations. The present study aims to diagnose the perception of the managers of the Instituto Federal de Sergipe (IFS) – Campus Lagarto, about the Sustainable Biddings. Methodologically, the study is classified as a field research, as the qualitative-descriptive approach, using a structured questionnaire for data collection, for treatment of clusters technique, allied to an index called Degree of Vision About Sustainable Biddings (GVLS). The results point to the fact that managers are sensitized about the possibility of behavioral changes, be they of a functional or institutional nature, for the adoption of Sustainable Biddings. Thus IFS – Campus Lagarto is suggested to implement Sustainable Biddings, using the Regulation and Standardization of Tender Procedures, Formatting a Sustainable Biddings Plan, Creating Environmental Education Programs for Managers and Periodic Surveys of Environmental Perception, Covering the Internal and External Community and Strengthening Internal Communication about Current Procedures and Standards.

Keywords: Sustainable Biddings. Sustainability. Sustainable Development, Social and Environmental Responsibility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Tripé da Sustentabilidade	24
Figura 2. Mapa do Município de Lagarto/SE	37
Figura 3. Organograma funcional do IFS – Campus Lagarto	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Diagrama de Árvore para 34 Casos – Agregação de Grupos	54
Gráfico 2. Distribuição do GVLS nos Grupos	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Modalidades de Licitação	27
Quadro 2. Critérios de Aplicação nas Modalidades de Licitação.....	28
Quadro 3. Valores Dispensados para Licitação	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Projeção Orçamentária do IFS – <i>Campus</i> Lagarto – 2014/2019	40
Tabela 2. Produto Interno Bruto – PIB da cidade de Lagarto/SE em 2014.....	41
Tabela 3. Cálculo do GVLS para o Grupo 1	54
Tabela 4. Cálculo do GVLS para o Subgrupo 2a	55
Tabela 5. Cálculo do GVLS para o Subgrupo 2b	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
CEP	Conselho de Ética em Pesquisa
CPS	Compras Públicas Sustentáveis
GVLS	Grau de Visão sobre Licitações Sustentáveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFS	Instituto Federal de Sergipe
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NSR	Não sei responder
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Percepção Ambiental
PIB	Produto Interno Bruto
PRODEMA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SE	Sergipe
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SPSS	<i>Software Statistics Base, antigo Statistical Package for the Social Sciences</i>
TAE	Técnico Administrativo em Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 OBJETIVOS	20
1.1.1 OBJETIVO GERAL	20
1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
1.2 JUSTIFICATIVA/HIPÓTESE	21
2 REVISÃO DE LITERATURA ACERCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS E PERCEPÇÃO AMBIENTAL	23
2.1 NOÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	23
2.2 LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	26
2.3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL E O COMPORTAMENTO DOS AGENTES	32
2.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO IFS – CAMPUS LAGARTO E AS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	36
2.5 RELEVÂNCIA DAS COMPRAS SUSTENTÁVEIS PARA A ECONOMIA REGIONAL DO CAMPUS LAGARTO	40
3 MATERIAL E MÉTODOS	43
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	43
3.2 QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO	45
3.3 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO	46
3.4 MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS – ANÁLISE DE <i>CLUSTERS</i> E GRAU DE VISÃO SOBRE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - GVLS	46
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
4.1 PERFIL DO RESPONDENTE	49
4.2 CATEGORIA - POLÍTICA E DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E METAS	50
4.3 CATEGORIA – CONFORMIDADE LEGAL E ASPECTOS ECONÔMICOS	50
4.4 CATEGORIA – BARREIRAS ORGANIZACIONAIS (SERVIDORES E FORNECEDORES)	51
4.5 CATEGORIA – CONHECIMENTO E COMUNICAÇÃO	52
4.6 O GVLS E A ANÁLISE DE <i>CLUSTERS</i>	53
4.7 DISCUSSÃO	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
6 REFERÊNCIAS	66
7 APÊNDICES	73
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	73
APÊNDICE B – Questionário Estruturado	75

1 INTRODUÇÃO

O termo sustentabilidade foi criado com vias à conscientização dos países acerca da necessidade de promover o crescimento de suas economias sem destruir o meio ambiente ou sacrificar o bem-estar das futuras gerações, transformando sobretudo, o mundo dos negócios.

Na prática, Savitz e Weber (2007) argumentam que a sustentabilidade pode ser encarada como a arte de fazer negócios num mundo interdependente, o que de pronto ratifica a necessidade de uma relação cada vez mais estreita e responsável, séria e compromissada, cujo propósito se resumirá ao bem comum e um ambiente totalmente equilibrado: economicamente, ambientalmente e socialmente.

Diante da importância e relevância do tema, a sustentabilidade passou a ocupar cada vez mais espaço nas discussões fomentadas por estudiosos, pelo governo ou pela sociedade em geral, mas perceptível são os olhares voltados com destaque para a Administração Pública, muito provavelmente pelo seu poder estatal e o seu dever constitucional de implementar políticas públicas que colaborem com a economia na utilização dos recursos naturais, garantindo sua preservação e contribuindo efetivamente com a possibilidade do provimento desses recursos para as gerações futuras.

A Administração Pública brasileira, responsável pela garantia do bem comum, inclusive no que diz respeito a preservação do meio ambiente, com vias a colaborar com a minimização dos impactos ambientais – apoiada pelo fato de ser o maior comprador nacional, com o poder de influenciar positivamente os demais entes públicos e privados e também a sociedade civil – inclusive a economia interna e externa, resolveu agregar valor às compras governamentais, implementando critérios sustentáveis ao processo de aquisições de bens e serviços no setor público.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, inciso XXI, a Administração Pública, para efetivar suas aquisições estará sujeita obrigatoriamente aos procedimentos de licitação, onde via de regra a proposta escolhida deverá ser sempre àquela considerada a mais vantajosa para a administração, de acordo com critérios objetivos explícitos e regulados por norma jurídica.

É salutar dizer que a proposta considerada “a mais vantajosa”, nem sempre será a de menor valor, e a esse respeito, o Parecer nº 03/1999 da Procuradoria Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (1999) afirma que o conceito de “mais vantajosa” não é sempre e necessariamente o de “mais barato”, devendo tal entendimento ser pautado à luz das exigências

constitucionais de economicidade e eficiência. Aduz ainda que, as circunstâncias de uma determinada situação específica podem fazer com que o fornecimento por diversas empresas não seja útil para a administração, sendo-lhe manifestadamente mais vantajoso que o objeto do contrato seja adjudicado a um único fornecedor e tal circunstância deverá estar fartamente justificada e comprovada no respectivo processo de contratação.

Freitas (2011) é categórico ao afirmar que não justifica a licitação seguir presa a critérios simplistas, ou à metodologia tradicional de julgamento, e nessa ótica, afirma que o melhor preço, frequentes vezes, é diferente do menor preço, se visto sob o prisma do longo prazo.

De acordo com o MPOG (2010), estima-se que no Brasil as compras governamentais, incluindo as três esferas de governo, representem cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, o que evidencia o importante papel que o Poder Público tem no estímulo da adoção de processos produtivos ambientalmente “mais amigáveis”, conforme afirmações de Biderman *et al.* (2011).

Editada no ano de 2010, a cartilha do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), afirma que “as compras públicas sustentáveis são um poderoso instrumento para a proteção ambiental”, responsável por mobilizar setores importantes da economia, ajustando demandas presentes nos editais de licitação (MPOG, 2010).

Nesse contexto, o Governo Federal decidiu reestruturar seus métodos de aquisições de bens, serviços e obras, regulando através da Instrução Normativa nº 01/2010, para que todas as contratações públicas adotassem critérios de sustentabilidade nas especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, a saber:

Aquelas que priorizam a compra de produtos que atendem critérios de sustentabilidade, como facilidade para reciclagem, vida útil mais longa, geração de menos resíduos em sua utilização, e menor consumo de matéria-prima e energia. Para isso, é considerado todo o ciclo de fabricação do produto, da extração da matéria-prima até o descarte. Essas contratações abrangem, por exemplo, aquisição de “computadores verdes”, equipamento de escritório feitos de madeira legal, papel reciclável, transporte público movido à energia mais limpa, alimentos orgânicos para cantinas e sistemas de ar condicionado com soluções ecológicas mais evoluídas (MPOG, 2010).

Sendo o Poder Público considerado um consumidor de grande peso e exigência, no sentido de que suas compras devem aderência total a normativos e leis, tais como a Lei 8.666/93 e correlatas, nada mais correto que o maior comprador do país impusesse critérios de sustentabilidade em suas compras como meio que servisse de exemplo a toda a sociedade,

reforçando deste modo alguns conceitos, como os de desenvolvimento sustentável, meio ambiente e preservação, dentre outros.

Nesta mesma seara, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) definiu a licitação sustentável como sendo:

Um procedimento administrativo formal que contribui para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras (MMA, 2011).

Segundo estudos de Gunther e Scheibe (2006) e de Varnas, Balfors e Faith-Ell (2009), a compra pública sustentável é um processo de decisão especial, que consiste em várias etapas e, nelas estão envolvidas diferentes partes interessadas e tomadores de decisão de diferentes níveis – operacionais e estratégicos e cada um desses agentes envolvidos no processo pode ser um potencial obstáculo, retardando, acelerando ou mesmo bloqueando a compra pública sustentável.

A dificuldade de encontrar fornecedores capazes de entregar produtos ou serviços sustentáveis, a falta de capacitação dos operadores internos das licitações, para conduzir processos licitatórios utilizando critérios, mesmo que mínimos, baseados no desenvolvimento sustentável ou ainda a inércia do poder público são possíveis motivos do fracasso das compras sustentáveis.

Pensando nisso, o Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, criou a administração a Agenda A3P, que é um programa do Governo Federal, que surgiu como forma de incluir os entes públicos, preparando-os para inserção no contexto de gestão ambiental e sustentabilidade, atendendo ao princípio da eficiência, estabelecido pela Carta Magna de 1988 e com reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Pautada em cinco objetivos, a Agenda A3P se propõe: (i) sensibilizar os gestores públicos; (ii) promover da economia de recursos naturais e gastos institucionais; (iii) reduzir o impacto socioambiental, provocado pelas atividades cotidianas; (iv) contribuir para a revisão dos padrões de produção e consumo, assim como adotar novos referenciais na administração pública; e (v) melhorar a qualidade de vida. (MMA, 2011)

Com base nos objetivos que a Agenda A3P se propõe, sua estruturação ocorre em cinco eixos temáticos que norteiam a execução, tomando-se como parâmetro a política dos 5R's, (Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar, Recusar a consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos), sendo eles:

1. Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; 2. Gestão adequada dos resíduos gerados; 3. Qualidade de vida no ambiente de trabalho; 4. Sensibilização e capacitação dos servidores; 5. Licitações Sustentáveis. (MMA, 2011)

Além disso, é importante que haja uma percepção de todos os agentes envolvidos no processo, corroborando com o sucesso das possíveis práticas sustentáveis em andamento ou aquelas a serem implementadas pelos agentes públicos, munindo-os de informações.

Penna (1982, p. 11), afirma que “perceber é conhecer”, e assim sugere que, quando a distância no espaço, ou ainda a limitação informativa, puderem excluir o ato perceptual, este seria limitado somente a uma situação de pensar ou imaginar.

Na ótica dos estudos baseados na percepção ambiental, na visão de Pacheco & Silva (2006), as perspectivas em pesquisas científicas, sociais ou políticas devem ser elucidadas sem a exclusão do ato perceptual, não estudando somente a relação entre homem e meio ambiente.

Esta pesquisa de caráter interdisciplinar, foi motivada pelo fato de que, pensando nas questões socioambientais, o Estado tem adotado novos paradigmas para compras públicas, criando uma política de compras baseada no seu poder de aquisição: compra de segmentos estratégicos e relevantes com vias a consolidação da Sustentabilidade e do Desenvolvimento Sustentável.

Sendo o IFS¹ uma Autarquia Federal, pertencente a estrutura estatal e responsável pelos seus procedimentos licitatórios e de aquisição e considerando os conceitos de Sustentabilidade e de Desenvolvimento Sustentável, o presente trabalho pretende, portanto, discutir a seguinte problemática:

Como os gestores do IFS – *Campus Lagarto* percebem a licitação sustentável, de modo a torná-la uma ferramenta viável para aquisições de bens e serviços na instituição?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral da pesquisa foi diagnosticar a percepção dos gestores do IFS – *Campus Lagarto* acerca das licitações sustentáveis como alternativa viável para aquisições de bens e serviços.

¹ O Instituto Federal de Sergipe, cuja sigla é IFS, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar o grau de percepção sobre o conhecimento dos gestores do IFS – *Campus* Lagarto acerca das licitações sustentáveis;
- b) Identificar elementos que possam subsidiar a implementação de um processo formal de aquisições sustentáveis no IFS – *Campus* Lagarto;
- c) Usar a técnica de *clusters*, para calcular um índice denominado Grau de Visão sobre licitações Sustentáveis (GVLS) com vistas a capturar se o comportamento dos gestores é ecocêntrico ou antropocêntrico.

1.2 JUSTIFICATIVA/HIPÓTESE

O objeto de estudo se faz importante para a Administração Pública e para o público em geral, pois trata de questões que impactam na economia de recursos naturais, com relação direta e indireta na preservação e manutenção da subsistência das gerações futuras – as Licitações Sustentáveis – também conhecidas como ecoaquisições ou compras verdes.

Quando se busca na literatura o tema, percebe-se o limitado quantitativo de estudos, trabalhos científicos e produções nessa área, deixando uma grande lacuna para novos pesquisadores e ratificando a importância para o aprimoramento da matéria, a exemplo disso, Brammer e Walker (2011) ressaltam que existem poucos estudos abordando o alcance de objetivos sociais e ambientais, como resultado direto das contratações públicas, mencionando, uma pesquisa desenvolvida na Irlanda do Norte sobre os impactos de um projeto voltado para a utilização das Compras Públicas Sustentáveis – CPS na melhoria das taxas de desemprego da região.

Ratificando tal informação, Marron (2003) ressalta que, apesar de figurarem como relevante instrumento para a promoção da sustentabilidade ambiental e influenciarem o desempenho econômico do governo, existem poucos dados quantitativos abordando os impactos decorrentes da implementação das Compras Públicas Sustentáveis, e, em decorrência disso, a maioria dos estudos voltados para a avaliação dos impactos das contratações sustentáveis ampara-se em dados de caráter qualitativo.

É válido salientar que este estudo parte da hipótese de que há um grau de percepção sobre o conhecimento dos gestores do IFS – *Campus* Lagarto acerca das licitações sustentáveis. E a partir de tal percepção será ou não possível colher elementos e descrever ações que poderão

subsidiar a sugestão para implementação de um processo formal de aquisições sustentáveis na instituição.

Para tanto, optou-se em ouvir apenas os gestores por entender que estes são responsáveis pela normatização e implementação de políticas e programas internos, atuando como multiplicadores de conhecimentos e ações advindas do estudo em comento.

Nesse diapasão, importante ratificar que a principal competência do IFS guarda o compromisso direto com a educação, compromisso este que deve ser estendido à comunidade interna e externa, como reflexo positivo de suas práticas e ações à sociedade, colaborando para manutenção do desenvolvimento sustentável.

Além desta introdução, este estudo apresenta a revisão da literatura acerca dos temas abordados, uma discussão sobre a metodologia aplicada, os resultados e discussão, finalizando com as considerações finais seguidas das referências e apêndices.

2 REVISÃO DE LITERATURA ACERCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS E PERCEPÇÃO AMBIENTAL

O Governo Federal, através de normas e programas, incentiva órgãos públicos a realizarem as licitações sustentáveis, bem como a compartilharem suas experiências com outras instituições públicas. Biderman *et. al.* (2011) reforçam este argumento, enfatizando que a licitação pode ser identificada como um dos instrumentos econômicos de mudança de comportamento que se encontram à disposição da Administração Pública, dessa forma, pode ser indutora de boas práticas, tanto pelos consumidores quanto pelos produtores. Este capítulo apresenta um direcionamento em torno das discussões sobre o desenvolvimento sustentável e as licitações sustentáveis, bem como, uma visão mais aprofundada sobre a percepção ambiental dos agentes.

2.1 NOÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável aparece na literatura pela primeira vez na reunião de Stocolmo, Suécia, no ano de 1972. Daí por diante as questões ambientais foram ganhando espaço ao longo dos tempos, e o conceito de desenvolvimento sustentável se concretizou com a publicação em 1987 do relatório “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*), promovido pela Comissão Mundial do Meio Ambiente das Nações Unidas (ONU). Também conhecido como Relatório de *Brundtland*, este definiu que desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades (CAVALCANTI et al., 1994; DIEGUES, 1992).

O relatório de *Brundtland* ressalta os riscos de uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas e aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes (FREITAS, ALVES E BITTENCOURT, 2012 p. 204).

No ano de 1992, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro a Conferência da ONU, conhecida como Rio-92, sobre o meio ambiente e desenvolvimento, onde participaram 170 países. Neste evento o desenvolvimento sustentável passou a ser o modelo almejado mundialmente (CABESTRÉ; GRAZIADEI; POLISEL FILHO, 2008).

Pode-se dizer que o Desenvolvimento Sustentável é a interação entre as pessoas, meio ambiente e sistemas econômicos ao longo do tempo, congregando a visão da mensuração do progresso através da qualidade de vida das pessoas.

Baroni (1992, p. 17) transcreve e analisa alguns conceitos que vêm sendo considerados por cientistas, técnicos de governo e políticos, mostrando a diversidade de interpretações sobre o conceito do desenvolvimento sustentável:

Há autores que dizem o que o desenvolvimento sustentável deveria ser, ou o que gostariam que ele fosse; outros confundem desenvolvimento sustentável com sustentabilidade ecológica – que tem a ver somente com a capacidade dos recursos se reproduzirem ou não se esgotarem –; outros reconhecem que deve haver limites para o crescimento econômico porque ele é insustentável do ponto de vista dos recursos; e outros substituem a ideia tradicional do desenvolvimento pela do desenvolvimento sustentável, onde a incorporação do adjetivo sustentável à ideia tradicional de desenvolvimento reconhece implicitamente que este não foi capaz de aumentar o bem-estar e reduzir a pobreza, como é sua proposta (Baroni, 1992, p.17).

Sobre a diversidade de interpretações acerca do que é o Desenvolvimento Sustentável, Leis (1999), Leff (2001) e Lima (2003), afirmam que a expressão “desenvolvimento sustentável” tem provocado muitas controvérsias, por trazer amplas implicações e permitir diversas interpretações, e o seu emprego tem ocorrido em discursos de diferentes segmentos da sociedade, ficando o significado do conceito de “Desenvolvimento Sustentável” de acordo com os interesses de quem o assume.

Elkington (1994) criou e introduziu o conceito de *Triple Bottom Line*, ou Tripé da Sustentabilidade, que considera na perspectiva empresarial, o alinhamento de forma equilibrada da sustentabilidade em três dimensões: econômica, social e ambiental (CALSING, 2010).



Figura 1. Tripé da Sustentabilidade
Fonte: Instituto Ethos, 2010.

Conforme demonstrado na Figura 1, o desenvolvimento sustentável está pautado em três pilares, a saber:

Econômico: a eficiência econômica é abordada como condição necessária para alcançar uma melhor qualidade de vida para todos, ou seja, não é um objetivo em si mesmo, como nos ensina Sachs (2004).

Social: a dimensão social do desenvolvimento sustentável pode ser traduzida como forma de ampliação da equidade, a ampliação das oportunidades na visão de Veiga (2008).

Ambiental: o pilar ambiental é definido por Sachs (2004) como o imperativo ético da solidariedade entre as gerações, prezando pelo uso racional dos recursos naturais ao invés do crescimento selvagem e ambientalmente destrutivo.

Além disso, tanto o bem-estar social quanto o desenvolvimento econômico devem ser alcançados sem prejuízo ao meio ambiente, que deve estar ecologicamente equilibrado, necessitando ser mantido e preservado pela geração atual em benefício próprio e das futuras gerações, como já disposto no Relatório de *Brundtland*.

Ratificando a ideia da diversidade de interpretações sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, Goodland (1995) acredita que os caminhos que conduzem ao desenvolvimento sustentável serão diferentes em cada país ou setor, mas o objetivo permanece o mesmo.

Deste modo, o objetivo da sustentabilidade ambiental deverá ser alcançado mais rapidamente quanto humanamente possível, não sendo possível falar em sustentabilidade ambiental enquanto houver milhares de pessoas passando fome e desabrigadas – uma realidade de muitos países, podendo-se complementar tal informação com a afirmativa de Andrade *et. al.* (2002) que asseguram, contudo, que a preocupação com as questões ambientais extrapolou a função exclusiva de proteção para se tornar também uma função da administração ou da gestão.

Na ótica de Bellen (2006), alcançar o progresso em direção à sustentabilidade é uma escolha da sociedade, das organizações, das comunidades e também dos indivíduos.

Portanto, o desenvolvimento sustentável deve ser considerado como um processo complexo e multidimensional, não devendo ser visto somente como sinônimo de elementos quantitativos simplificadores, tais como o crescimento econômico, mas sim a junção dos três pilares da sustentabilidade: a equidade social, a eficiência econômica e o equilíbrio ecológico.

Uma das ferramentas que podem colaborar com esse processo de desenvolvimento sustentável são as licitações sustentáveis, capazes de integrar os três pilares que formam o tripé da sustentabilidade.

2.2 LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

A licitação é um procedimento administrativo formal utilizado pelas entidades públicas para a aquisição de bens e serviços, pois diferentemente das organizações privadas, o setor público tem obrigação legal de formalizar suas aquisições exclusivamente através das licitações, salvo raras exceções, com procedimentos normatizados principalmente através de leis.

A Lei 8.666/93, estabelece normas gerais sobre as licitações e contratos administrativos para obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações, devendo obedecer obrigatoriamente aos princípios básicos constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Igualdade, Publicidade, Probidade Administrativa, Vinculação ao Instrumento Convocatório e Julgamento Objetivo das licitações.

Delgado (1983, p. 2) define que licitação é um “...procedimento administrativo, por reconhecê-la como sendo, formalmente, uma sucessão ordenada de atos praticados pelo administrador público com a finalidade de atingir o objetivo da Administração”. Em outras palavras, significa uma disputa isonômica entre os concorrentes com vistas a selecionar a proposta de maior vantagem para a administração pública, como bem define o art. 3º da Lei 8.666/93, na redação dada pela lei 12.349/2010.

No direito administrativo, de acordo com Di Pietro (2007), licitação é o procedimento administrativo em que um ente público, exercendo sua função administrativa, abre a todos os interessados que se sujeitam às condições que foram fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais seleciona e aceita a mais conveniente para a celebração do contrato.

A licitação atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos, como detalha Meirelles (2004, p. 241):

Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos.

Biderman *et. al.* (2011) enfatizam que a licitação poder ser identificada como um dos instrumentos econômicos de mudança de comportamento, que se encontra à disposição da Administração Pública e pode ser indutora de boas práticas, tanto de consumidores quanto dos produtores.

De acordo com a Lei 8.666/93, são cinco as modalidades de licitação, todavia, a Lei 10.520/2010² introduziu o Pregão como mais uma modalidade de licitação, passando a seis, conforme demonstra o Quadro 1:

Quadro 1. Modalidades de Licitação

Modalidade de Licitação	Definição
Concorrência	É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
Tomada de preços	É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
Leilão	É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
Concurso	É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
Convite	É a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
Pregão	É a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de proposta e lances em sessão pública.

Fonte: Rossato (2011)

Para escolha da modalidade de licitação pela administração, deve-se levar em conta o objeto a ser contratado, valor estimado e licitantes envolvidos, como afirmam Biderman *et. al* (2011). Os critérios de aplicação nas modalidades de licitação são os apresentados no Quadro 2:

² A Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 institui no âmbito da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

Quadro 2. Critérios de Aplicação nas Modalidades de Licitação

Modalidade de Licitação	Objeto e Valor envolvido	Licitantes
Concorrência	a) Obras e serviços de engenharia com valor acima de R\$ 1,5 milhão;	Qualquer interessado que preencha os requisitos previstos
	b) Compras e serviços que não sejam de engenharia com valor acima de R\$650 mil;	
	(c) Compra e alienação de bens imóveis, qualquer que seja seu valor;	
	d) Concessões de direito real de uso, qualquer que seja seu valor;	
	e) Licitações internacionais, qualquer que seja o valor do bem, admitindo-se a utilização da tomada de preços	
	f) Alienação de bens imóveis de valor superior a R\$ 650 mil;	
	g) Registro de preços, ressalvada a possibilidade de utilização do pregão.	
Tomada de preços	Qualquer objeto, exceto os especialmente identificados para a concorrência. Exceção: licitação internacional (desde que respeitado o limite de valor destinado à tomada de preços).	a) Interessados previamente cadastrados; (b) Interessados que preencham os requisitos para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.
	(a) Obras e serviços de engenharia com valores de até R\$ 1,5 milhão; (b) Compras e serviços não mencionados acima, valores de até R\$ 650 mil.	
Leilão	a) Venda de bens móveis inservíveis para a Administração; b) Produtos legalmente apreendidos; c) Produtos penhorados; d) Semoventes;	Qualquer interessado
	(e) Exceção à concorrência, alienação de bens imóveis (desde que não supere o limite do valor fixado na lei); *O valor dos bens postos em leilão não poderá superar o montante de R\$650 mil	
Concurso	(a) Escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, devendo ser a modalidade escolhida preferencialmente para os contratos de prestação de serviços técnicos profissionais especializados, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.	Qualquer interessado
Convite	(a) Qualquer objeto, exceto os especialmente identificados para a concorrência. b) Obras e serviços de engenharia com valores de até R\$ 150 mil; (c) Compras e serviços não mencionados acima, valores de até R\$ 80 mil.	No mínimo três interessados do ramo pertinente a seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados pela unidade administrativa.
Pregão	a) Bens e serviços comuns (aqueles cujo padrão e qualidade de desempenho possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado).	Quaisquer pessoas, inclusive aquelas não inscritas em cadastro.

Fonte: Rossato (2011)

Ainda em consideração às afirmações de Biderman *et. al* (2011), a legislação também prevê casos de dispensa de licitação, em situações de pequeno valor, do tipo de objeto ou pessoa a ser contratada e em casos excepcionais previstos em Lei.

Em relação aos valores dispensados para as licitações, o Quadro 3 traz tais informações, todavia, convém ressaltar que para tomada de decisão pelo Gestor Público deverá observar amplamente a legislação em vigor, minimizando-se desta maneira os riscos:

Quadro 3. Valores Dispensados para Licitação

Dentro das modalidades, são dispensadas, para Administração Pública em Geral	Valor Dispensado
Obras/Serviços de Engenharia	Até R\$15.000.00
Compras/Outros serviços	Até R\$8.000.00
Dentro das modalidades, são dispensadas, para Sociedades de Economia Mista; Empresas Públicas; autarquias e fundações qualificadas como Agência Executiva	Valor Dispensado
Dentro das modalidades, são dispensadas	Valor Dispensado
Obras/Serviços de Engenharia	Até R\$30.000.00
Compras/Outros serviços	Até R\$16.000.00

Fonte: Adaptado de Araújo, *et al.* (2014)

O Ministério do Meio Ambiente afirma que a licitação sustentável é conceituada segundo o art. 3º da Lei 8.666/93, com redação dada pela Lei 12.349/2010, como aquela que se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia³, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratação de serviços e execução de obras.

O Decreto Federal nº 7.746/12, que regulamentou o art. 3º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, afirma que em relação às licitações sustentáveis:

Art. 2º A Administração pública federal direta autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme disposto neste Decreto. Parágrafo único – A adoção de critérios de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Comumente ouve-se falar na questão dos preços de produtos/serviços sustentáveis em relação aos produtos/serviços convencionais, isto porque àqueles que são sustentáveis tem um preço maior porque costumam integrar em sua composição os custos com novas tecnologias e

³ Conhecido também como Princípio da Igualdade é um princípio garantido pela Constituição no qual todas as pessoas são iguais perante a lei, sem distinção ou exclusão, tendo em conta os que estão numa mesma situação.

ainda porque em alguns produtos a economia de escala ainda não foi atingida, como afirma Biderman *et al.* (2011), devendo o comprador levar em conta muito mais que o preço a pagar no momento da aquisição, mas todo o ciclo de vida desse produto, quais sejam: de compra, de operação, de manutenção e de disposição do produto.

Baseada no conceito estabelecido pelo documento *Procuring the Future* de junho de 2006, elaborado pela Força-Tarefa Britânica para Compras Públicas Sustentáveis (*UK Sustainable Procurement Task Force*), a definição mais utilizada para Compras Públicas Sustentáveis ou licitações sustentáveis, aceita em novembro de 2007, pela Força-Tarefa Marrakesh para Compras Públicas Sustentáveis (*Marrakesh Task Force on Sustainable Public Procurement*)⁴, é a descrita a seguir:

A Compra Pública Sustentável ou licitação Sustentável deve considerar as consequências ambientais, sociais e econômicas dos seguintes aspectos: elaboração de projeto, utilização de materiais renováveis, métodos de produção, logística e distribuição; uso, operação, manutenção, reuso; opções de reciclagem; e o comprometimento dos fornecedores em lidar com essas consequências ao longo de toda a cadeia produtiva (*UK SUSTAINABLE PROCUREMENT TASK FORCE, 2006*)

O processo de licitações sustentáveis, deverá satisfazer as necessidades da organização, em relação a aquisição de bens, obras e serviços, prezando pela economia de recursos naturais, financeiros e ainda nos benefícios gerados para toda a sociedade, ao passo em que deverá ser preocupar em minimizar os impactos e danos causados ao meio ambiente.

Nascimento (2006), no que tange as licitações sustentáveis, afirma que os critérios ambientais podem e devem ser usados como critérios de pontuação para avaliação da proposta mais vantajosa.

Segundo o MMA (2011), existem vantagens para a Administração nos processos de aquisição através da licitação sustentável, tais como a transparência para a sociedade, demonstrando o compromisso governamental de seus atos com a preservação ambiental, o desenvolvimento da economia local, incentivando o mercado e comércio locais, a redução de custos com a economia de energia elétrica e água; a redução da poluição do ar através do uso de combustíveis mais limpos e ainda com a promoção da educação ambiental, aumentando a conscientização sobre temas ambientais.

Bim (2011, p. 176-177) integra o princípio da razoabilidade ao conceito de licitação sustentável, prevendo que o preço das compras sustentáveis deve ser justificado cientificamente e estar dentro de um limite considerado como razoável.

⁴ Veja-se documento completo em <http://www.unep.fr/scp/marrakech/taskforces/pdf/Procurement2.pdf>

Garcia e Ribeiro (2012), conduziram um estudo, cuja intenção foi a de investigar as principais questões que circundam o instituto das licitações públicas sustentáveis, onde utilizaram a revisão bibliográfica como método, tendo concluído que a sustentabilidade ambiental é um valor global e um desafio comum a todos que vivem no planeta e que com base na ordem constitucional e na legislação ordinária, existe um dever direcionado aos gestores públicos para a implementação das licitações e contratações sustentáveis.

Portanto, segundo Garcia e Ribeiro (2012), a implementação das licitações e contratações sustentáveis trata-se de um processo que está em aberto e que cuja construção depende de um esforço coletivo de todos que militam e atuam no campo das contratações públicas.

Já no trabalho conduzido por Carvalho (2014), o objetivo foi analisar o tema Licitações Sustentáveis, realizando um estudo de caso para investigar a operacionalização das licitações sustentáveis nas contratações de serviços efetuadas no período de 2010 a 2013, na Prefeitura Universitária da Universidade Federal do Espírito Santo - (UFES).

Na pesquisa desenvolvida por Carvalho (2014), foram empregados os métodos dedutivo e de estudo de caso, com a aplicação de questionário/formulário e entrevista semiestruturada como instrumento para coleta de dados, com resultados que revelaram que apenas menos de um terço dos editais investigados apresentaram critérios de sustentabilidade, devido portanto, pela falta de conhecimento dos envolvidos na elaboração/execução ou ainda pela ausência de interesses, iniciativas e colaboração de setores relacionados, o que apontou para a necessidade de avanços no cumprimento das obrigações legais e a promoção da sustentabilidade nas contratações licitadas.

No trabalho conduzido por Rego *et al.* (2011), o estudo teve como objetivo analisar a situação da implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) nas secretarias de finanças, infraestrutura, saúde, meio ambiente e urbanismo do município de São Gonçalo do Amarante/RN. Metodologicamente foi utilizada a pesquisa de campo com a aplicação de um questionário junto aos gestores das referidas Secretarias e pelos resultados, os autores constataram que as variáveis com maior potencialidade de se trabalhar nas secretarias estudadas foram as variáveis do grupo Uso racional dos recursos, associadas ao uso de Materiais, água e energia e ao Gerenciamento de resíduos, além da variável Solicitação de materiais recicláveis nos processos licitatórios, precisando contudo serem melhor abordadas em todas as secretarias estudadas.

Segundo Rego *et al.* (2011), com os resultados obtidos através do estudo, a pretendeu-se instaurar um processo de construção de uma nova cultura institucional no município de São Gonçalo do Amarante/RN, visando à introdução de técnicas de educação ambiental com o

intuito de conscientizar os servidores para a otimização dos recursos para o combate ao desperdício e para a busca de uma melhor qualidade do ambiente de trabalho.

Bavaresco *et al.* (2013), sabendo-se que as aquisições públicas sustentáveis representam uma das formas de integração de critérios ambientais e sociais com vistas a diminuir os impactos que possam vir a prejudicar à saúde da população e ao meio ambiente, conduziram uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo apresentando um estudo de caso em uma Instituição Pública de Ensino Superior no ano de 2011.

De início, foram identificadas as exigências legais e sua relação com as etapas de um processo de licitação, mas segundo Bavaresco *et al.* (2013), foram detectadas as ações sustentáveis adotadas pela instituição analisada, concluindo-se que a maioria dos critérios previstos pela legislação deveriam integrar o projeto básico ou executivo, contudo, as práticas sustentáveis deveriam acompanhar todo o processo licitatório, desde a elaboração do edital até a destinação final da obra.

Percebeu-se também, segundo Bavaresco *et al.* (2013), que a unidade estudada, embora não atendesse aos critérios referentes à reciclagem, origem da madeira e logística reversa, a mesma adotava ações relativas à eficiência energética, água e gerenciamento de resíduos, o que revelou, embora parcialmente, uma postura sustentável em seus processos licitatórios.

É notável que os trabalhos aqui citados, conduzidos na mesma linha desta pesquisa, denotam a necessidade de buscar permanentemente a inclusão ou mesmo a manutenção de critérios de sustentabilidade nas compras públicas, podendo-se acerca do presente estudo indagar, sob o prisma dos critérios de sustentabilidade ambiental presente nas licitações, qual a percepção ambiental dos gestores do IFS no que tange a implantação das licitações sustentáveis?

2.3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL E O COMPORTAMENTO DOS AGENTES

Forgus (1971, p. 1, 2) define a percepção “como o processo de extrair informação”, a partir da “recepção, aquisição, assimilação e utilização do conhecimento”, no qual estão subordinados a aprendizagem e o pensamento e para Durkheim (2009), a percepção é interpretada como sendo um modo de representação social.

Para Morin (2000, p. 20), “todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos”. Nessa linha, Ferreira (1997) explica que existem dois tipos de percepção: a percepção visual, que são

as atitudes que não consideram as consequências, e a percepção informacional, que são as ações refletidas.

Quanto a percepção ambiental, os primeiros estudos datam do final da década de 1950 e início de 1960, advindos da intensa preocupação em se conhecer e tentar explicar quais eram as atitudes e valores atribuídos por determinada população ao que se referia sobre as questões ambientais, segundo afirmativa de Mendes (2006).

Sobre percepção ambiental, Faggionato (2002, s/p) ensina que esta pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar desse ambiente.

Ainda de acordo com Faggionato (2002), as percepções, reações e respostas às ações sobre o ambiente em que vivem são diferentes para cada indivíduo, deste modo, as respostas ou as manifestações decorrentes são resultados das percepções (individuais e coletivas), dos processos cognitivos, julgamentos e das expectativas de cada indivíduo.

Uma maneira da pessoa sentir as mudanças que a circundam, deriva do processo de percepção ambiental, de acordo com Masson, (2004, p. 34), e é justamente o processo que permite a interação do indivíduo com o meio onde vive. Ainda segundo Masson, (2004, p. 34), a modificação de padrões culturais determinados historicamente modifica a percepção sobre o ambiente, o que significa dizer que a quebra de paradigmas ajuda na construção de tal percepção.

A percepção ambiental dos indivíduos está fortemente ligada a educação ambiental, podendo ser compreendida como um processo contínuo e responsável pela tomada de consciência dos indivíduos em relação ao meio ambiente, tratando-se de conhecimentos, capacidade, valores e experiências que possam ajudar a resolver problemas ambientais tanto no presente quanto no futuro, ratifica Stranz (2002).

O estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que se possa compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas, nos ensinamentos de Fernandes, *et al.* (2002), complementado por Panceri (1997), afirmando que toda forma de perceber envolve um saber, um relacionar e um agir.

Com a evolução dos estudos em percepção ambiental, houve uma ampliação das iniciativas de aplicação deste conceito, a exemplo disso foi a criação pela UNESCO no ano de 1973, do Projeto 13, denominado “Percepção de Qualidade Ambiental”, que destacou a importância da pesquisa em percepção ambiental para planejamento do meio ambiente. As diferentes percepções apresentam-se como dificuldades para a proteção dos ambientes naturais,

visto que os indivíduos de diferentes culturas ou posições sócio econômicas desempenham funções distintas no plano social, nesses ambientes, como frisa Fernandes *et al.* (2002).

Pelos ensinamentos de Macedo (2000), a percepção ambiental é a precursora do sistema que estimula a conscientização do sujeito em analogia às realidades ambientais contempladas e Merleau-Ponty (1999) complementa que a análise não é realizada sobre o que as pessoas percebem dos espaços, mas como os espaços são percebidos pelas pessoas, de modo que, o reconhecimento das percepções torna-se extremamente relevante para fornecer subsídios ao processo de gestão e formulação de políticas públicas.

Na visão de Miranda (2007), a percepção ambiental diferencia e reúne os segmentos necessários para o entendimento das ciências, intervindo junto a conceitos socioambientais essenciais para a sociedade contemporânea, com contribuições para a construção de uma reflexão que propicie ações interdisciplinares, podendo haver sinergia com o presente estudo.

O trabalho de Rodrigues *et al.* (2012), traz similaridade à proposta desta pesquisa, de modo que após suas análises, conclui-se que a limitação de informações pode influenciar diretamente na percepção das políticas públicas ambientais localmente promovidas, e inclusive pode vir a comprometer a relação entre moradores e poder público pela forma de comunicação desenvolvida entre ambos, caracterizando uma imagem segregativa.

Já no trabalho coordenado por Fernandes (2002), a metodologia escolhida foi aplicada com o propósito de se avaliar o nível de conscientização e conhecimento dos problemas ambientais da Região da Grande Vitória (região na qual está inserida geograficamente a instituição) envolvendo alunos e professores.

Neste trabalho, sob a coordenação de Fernandes (2002), o objetivo inicial do Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental – NEPA, foi à proposição de um instrumento pedagógico auxiliar que pudesse ser aplicado em alunos e professores ingressantes em uma instituição de ensino, possibilitando a identificação e quantificação da percepção ambiental dos entrevistados frente às várias áreas do conhecimento ambiental, atingindo os objetivos propostos.

Segundo Fernandes (2002), na diversidade das pesquisas conduzidas pelo NEPA, o uso da Percepção Ambiental – PA como instrumento de gestão, apresenta um grande potencial de uso, além de ser um poderoso instrumento no âmbito das atividades educacionais, sustentando e estimulando atividades multi ou interdisciplinares e ainda, em suas palavras:

Como exemplo final de aplicação de PA, tem-se a avaliação dos efeitos denominados “apelos ecológicos” (transgênicos, biodegradáveis, reciclagem, coleta seletiva de lixo, embalagens, etc) sobre o perfil de decisão de compra dos consumidores e merece destaque pois está relacionada à percepção, pela sociedade, dos pontos mais importantes da legislação ambiental básica, envolvendo, também, a forma como o

cidadão vê o trabalho (desempenho) dos órgãos normativos de controle ambiental (federal, estadual e municipais) e da ação do Ministério Público.

Por outro lado, o conhecimento da percepção social, ou seja, a percepção ambiental por parte da sociedade, pode atuar também, como importante aliado no monitoramento da qualidade ambiental, na afirmativa de Fernandes (2002):

Assegurando maior proximidade entre as ações propostas pelos gestores daquilo que é considerado prioridade pela comunidade, tratando-se, portanto, de apoiar-se na percepção de quem vivencia a realidade, que pode ser diferente daquela concebida pelos gestores, condição esta que pode aproximar e estimular a parceria entre os atores público e civil para gerir o meio ambiente.

É nesse sentido que se percebe a mudança de comportamento de determinados agentes, que através da percepção ambiental, passam a ver a importância de se preservar o meio-ambiente, conjugando esforços com outros entes em busca do equilíbrio nos entendimentos necessários a preservação ambiental.

Quando verificado que o ritmo natural do meio ambiente foi mudado em decorrência das necessidades humanas, através de intervenções, é importante que o ser humano reveja seus atos e as consequências das degradações ambientais, de modo que, percebendo-se pertencente ao meio, ele se sensibilizará, pois:

Percepção ambiental é uma representação científica, e como tal, tem sua utilidade definida pelos propósitos que embalam os projetos do pesquisador. [...] Discutir o conceito de percepção ambiental não é, portanto uma questão de dizer quais das representações parecem corresponder melhor à realidade, mas elucidar as perspectivas científicas, sociais ou políticas veiculadas através da utilização desse conceito. (PACHECO & SILVA, 2006 p.2).

A partir da percepção ambiental e de um esforço conjunto, o governo Federal e demais entes federativos têm adotado práticas imediatas voltadas ao desenvolvimento sustentável, com vias a minimizar o sofrimento do planeta e consequentemente da humanidade, com destaque para a adoção de uma política de Contratações Sustentáveis do Governo Federal, que ainda caminha a passos lentos, mas vem se estendendo aos demais entes federativos, como afirma o MMA (2011).

Essas práticas devem ser necessariamente ampliadas para se tornarem mais comuns, pois a partir dessa ampliação, poderá haver uma percepção por parte dos agentes envolvidos sobre sua importância, tendo como resultados o retorno positivo à sociedade – a preservação do meio ambiente e a subsistência das gerações futuras. Trata-se de um esforço continuado para a manutenção também continuada dos propósitos de preservação, independente das variadas percepções acerca do tema, que podem conduzir ao alcance de bons resultados, com benefícios comuns a todos.

Um ponto ainda que merece destaque na análise dos motivos e das preocupações que influenciam o comportamento pró-ambiental é a diferença entre comportamento ecocêntrico e antropocêntrico. Thompson e Barton (1994) afirmam que o comportamento ecocêntrico é detectado em pessoas que acreditam no valor intrínseco da natureza, considerando ser a própria natureza o principal motivo de preservação. Já o comportamento antropocêntrico é apresentado em indivíduos que acreditam no valor da natureza pelos benefícios materiais e físicos que ela pode proporcionar, sendo o homem o principal motivo para a preservação.

Nesse contexto, Pinheiro et al. (2011) realizaram um estudo com o objetivo de analisar como os motivos e as preocupações ambientais se relacionam diante da perspectiva de ação dos estudantes do curso de Administração de uma região metropolitana do Nordeste brasileiro com relação às práticas de conservação do meio ambiente. Utilizaram-se, como principais referências, dentre outras, a escala de motivos pró-ambientais de Thompson e Barton (1994). Essa escala sugere dois tipos de motivos relacionados aos comportamentos diante das questões ambientais: ecocêntricos e antropocêntricos, ambos os motivos são favoráveis à preservação ambiental, porém a principal diferença reside nas percepções que orientam suas atitudes com relação ao meio ambiente.

Ainda com relação aos dois tipos de motivos que relacionam os comportamentos dos sujeitos diante das questões ambientais, classificando-os como ecocêntricos e antropocêntricos, o trabalho de Abreu e Bussinguer (2013) se propôs a discutir as escolas de pensamento ambiental. A discussão envolveu, dentre outros, o antropocentrismo e o ecocentrismo ambiental dentro da legislação e da doutrina brasileiras e nos principais documentos jurídico-ambientais internacionais, percebendo-se que a influência das ciências ambientais está alterando a percepção ambiental dos juristas.

Desta maneira, nota-se que a percepção ambiental está diretamente ligada ao comportamento dos agentes, possibilitando direcionar as políticas públicas e os propósitos de preservação ambiental.

2.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO IFS – CAMPUS LAGARTO E AS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

O projeto de Lei para criação dos Institutos Federais foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal tendo sido sancionado pela presidência da República em 29 de dezembro de 2008, e publicado no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2008, transformando-se na Lei 11.892/2008.

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos do artigo 2º da Lei 11.892/2008.

O *Campus* Lagarto do IFS está localizado na região Centro-sul do estado de Sergipe, conforme demonstra a Figura 2, mais precisamente no povoado Carro Quebrado, na cidade de Lagarto – SE, onde ocupa uma área total de 22.600 m², sendo destes 8.910 m² de área construída. É uma unidade pertencente a estrutura organizacional do Instituto Federal de Sergipe – IFS, e tem como prerrogativa autonomia tanto administrativa quanto financeira, por força do que determina a Lei 11.892/2008, e de acordo com tal norma, possui uma gestão descentralizada, com vinculação hierárquica à Reitoria.

Atualmente o IFS – *Campus* Lagarto oferta três cursos de nível superior, sendo eles Automação Industrial, Licenciatura em Física e Sistemas de Informação e seis cursos técnicos integrados/subsequentes⁵ nas áreas de Desenho de Construção Civil, Edificações, Eletromecânica, Informática, Manutenção e Suporte de Informática e Redes de Computadores, e segundo informações da própria instituição, estes cursos foram implantados seguindo as diretrizes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – (SETEC), vinculada ao Ministério da Educação, mas atendendo as demandas da economia do Centro Sul do Estado, e não somente da cidade de Lagarto.

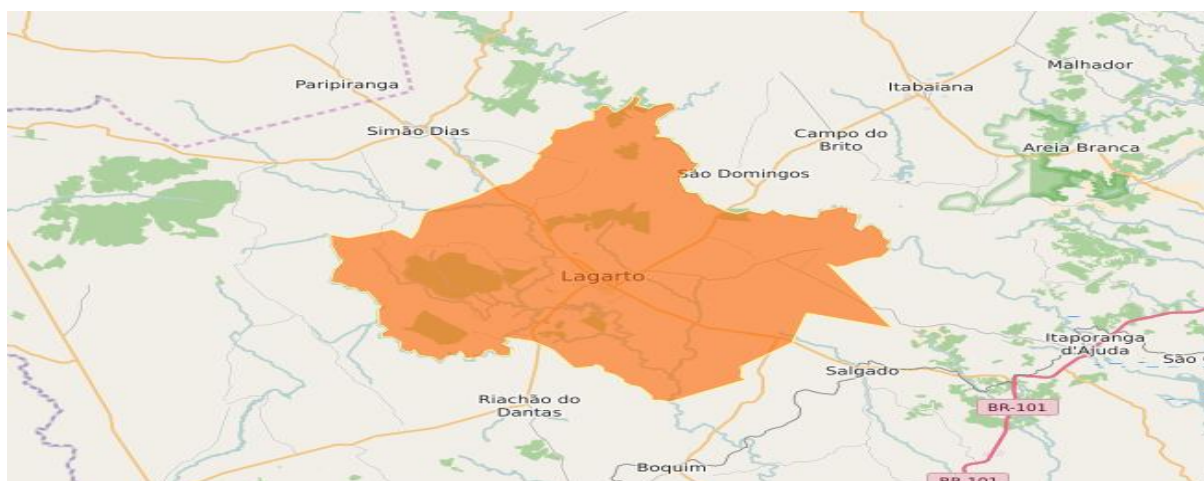


Figura 2. Mapa do Município de Lagarto/SE

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2016

⁵ Na modalidade de curso técnico-integrado o aluno conclui o ensino médio concomitante com o técnico, estudando em período integral. Já na modalidade de curso técnico-subsequente, o aluno conclui o ensino médio em três anos e no quarto ano recebe o título de ensino técnico.

De acordo com a Figura 3, a estrutura organizacional do IFS – Campus Lagarto é composta por 1 (uma) Direção Geral e 3 (três gerências), de Ensino, de Administração e de Apoio e Inclusão, e ainda 35(trinta e cinco) Coordenadorias, totalizando 39 (trinta e nove) setores responsáveis pela gestão da Unidade, onde o Diretor Geral, os Gerentes e os Coordenadores são designados formalmente para atribuições de gestão, devidamente nomeados e empossados pelo Dirigente máximo do órgão, o Reitor.

Contando com uma força de trabalho de aproximadamente 140 (cento e quarenta) servidores efetivos, destes 90 (noventa) docentes e 50 Técnicos-Administrativos em Educação, o Campus atende a aproximadamente 1.800 (mil e oitocentos) alunos, nos três turnos, entre discentes de ensino médio, técnico e superior, advindos da cidade de Lagarto, distritos e cidades circunvizinhas.



Figura 3. Organograma funcional do IFS – Campus Lagarto

Fonte: Instituto Federal de Sergipe – IFS (2016)

A descentralização orçamentária do *campus* é efetivada através da reitoria, permitindo que a gestão dos recursos seja feita pela Direção Geral da unidade, com autonomia para decidir de que forma serão aplicados, dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ainda em obediência às diretrizes do planejamento estratégico institucional. Do orçamento consignado ao *campus* para custeio da

educação, exceto remuneração dos servidores, todos os recursos descentralizados dependem de licitações para sua devida execução, salvos os casos previstos em Lei que dispensem tal procedimento, que são raros e tratados como estrita exceção, como são os casos das dispensas e inexigibilidades de licitação.

A Tabela 1 apresenta a projeção dos recursos orçamentários que já foram ou que serão consignados ao *Campus Lagarto* nos períodos compreendidos de 2014 a 2019.

Tabela 1. Projeção Orçamentária do IFS – *Campus Lagarto* – 2014/2019

PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFS - 2014 A 2019						
2031 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA						
NATUREZA DA DESPESA	2014	2015	2016	2017	2018	2019
20RL - FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.858.795,84	2.894.130,87	2.610.400,00	2.923.648,00	3.274.485,76	3.667.424,05
FUNCIONAMENTO EDUC. PROFISSIONAL	1.677.006,38	2.661.391,91	2.483.400,00	2.781.408,00	3.115.176,96	3.488.998,20
ACERVO BIBLIOGRÁFICO	40.404,93	71.611,99	53.000,00	59.360,00	66.483,00	74.461,18
VEÍCULOS E TRANSPORTE	80.809,67	119.353,31	53.000,00	59.360,00	66.483,00	74.461,18
AJUDA FINANCEIRA AO ESTUDANTE - MÉRITO	60.574,67	41.773,66	21.000,00	23.520,00	26.342,40	29.503,49
2994 - ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	1.275.891,29	1.230.410,34	1.812.500,00	1.812.500,00	2.265.625,00	2.832.031,25
6358 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	55.746,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Programa	4.988.654,26	7.018.672,08	7.033.300,00	7.659.796,00	8.814.596,12	10.166.879,35
2109 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO						
NATUREZA DA DESPESA	2014	2015	2016	2017	2018	2019
4572 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	55.746,15	137.853,08	138.000,00	154.560,00	173.107,20	193.880,06
Total do Programa	55.746,15	137.853,08	138.000,00	154.560,00	173.107,20	193.880,06
Total do Orçamento do Campus Lagarto	5.044.400,41	7.156.525,16	7.171.300,00	7.814.356,00	8.987.703,32	10.360.759,41

Fonte: Instituto Federal de Sergipe – IFS (2016)

Os valores de referência da tabela possibilitam demonstrar seu poder de compra em cada exercício financeiro até o ano de 2019.

2.5 RELEVÂNCIA DAS COMPRAS SUSTENTÁVEIS PARA A ECONOMIA REGIONAL DO CAMPUS LAGARTO

Segundo a publicação da Cinform Municípios (2002), a agricultura, a pecuária e o comércio constituem a base da economia no município de Lagarto, estado de Sergipe. Na agricultura, destaca-se o cultivo de mandioca, laranja, mamão, milho, banana e coco da baía, além do tabaco, cultura marcante no município. Lagarto, com um dos maiores plantéis do

estado, dispõe de elevado potencial pecuário, além de criações de galináceos, ovinos, equinos, suínos, muares e caprinos, na afirmação de Cinform (2002).

Informações publicadas pelo portal do município no ano de 2013, dão conta de que no setor industrial, destaca-se o Grupo José Augusto Vieira, com indústrias de beneficiamento de fumo, chá, condimentos e outros produtos alimentícios, bebidas, plástico, comércio variado, além de várias indústrias de médio e pequeno porte, a exemplo de fábrica de ladrilhos e artefatos de cimento, bebidas e beneficiamento de produtos agrícolas, entre outras.

Ainda de acordo com o referido site, e indo de encontro às informações da publicação Cinform Municípios, aliados aos dados pesquisados no site do IBGE, com relação ao setor de serviços, tem-se uma gama de variadas atividades, funcionando na sede do município, diversos estabelecimentos hoteleiros, cinco agências bancárias, públicas e privadas, além de múltiplos estabelecimentos financeiros. Há uma extensa rede de bares, lanchonetes, sorveterias, restaurantes, concessionárias de revenda de veículos, postos de gasolina e oficinas mecânicas. A Tabela 2, apresenta os dados do PIB da cidade de Lagarto no ano de 2014, conforme a última atualização do IBGE.

Tabela 2. Produto Interno Bruto – PIB da cidade de Lagarto/SE em 2014

Produto Interno Bruto dos Municípios 2014		
Valor adicionado bruto da agropecuária, a preços correntes	109.044	mil reais
Valor adicionado bruto da indústria, a preços correntes	181.766	mil reais
Valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes - exclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social	400.278	mil reais
Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, a preços correntes	397.362	mil reais
Valor adicionado bruto Total, a preços correntes	1.088.450	mil reais
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes (1.000 R\$)	139.871	mil reais
PIB, a preços correntes	1.228.320	mil reais
PIB per capita	12.124,97	reais

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016)

A adoção de critérios de sustentabilidade nas licitações do IFS – *Campus* Lagarto poderá estimular a economia e o desenvolvimento local da cidade de Lagarto, pois segundo informou a Direção Geral da unidade, nenhuma aquisição foi formalizada com empresas da região desde a implantação do *campus* até o mês de setembro de 2016.

Sabe-se que os efeitos desta natureza são estimulantes ao desenvolvimento regional, e nessa realidade, pode-se recorrer a afirmação do MMA, de que a licitação sustentável não é uma ferramenta cara e tem efeitos positivos na economia:

Tem um efeito positivo na economia nacional e regional porque, diferentemente dos regulamentos de comando e controle, a licitação sustentável usa forças eficientes de mercados, a instrução e a parceria para alcançar objetivos ambientais e, em muitos casos, sociais. A licitação sustentável ainda oferece à indústria a liberdade de descobrir a solução mais barata para satisfazer as demandas do mercado para produtos mais sustentáveis e promove a competição na indústria (MMA, 2011).

Para Oliveira (2008), o órgão público na condição de contratante e grande comprador de bens e contratante de serviços é um indutor de novos parâmetros de qualidade e de critérios ambientais, ou seja, o consumidor institucional atua como um agente responsável, capaz de influenciar o mercado e a economia do país, do estado e do município.

Como o IFS é uma instituição de ensino e seu efetivo funcionamento depende dos mais variados insumos, torna-se pertinente afirmar que pode ser um potencial indutor desses novos parâmetros de qualidade e critérios ambientais, impulsionando o crescimento econômico da região, com consequente redução da desigualdade social e da responsabilidade ambiental sua e de seus prováveis fornecedores.

O próximo capítulo apresenta uma discussão sobre a metodologia utilizada no estudo para capturar a percepção dos gestores do IFS – *Campus Lagarto* com vistas a adoção das licitações sustentáveis na instituição.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Esta é uma pesquisa que se caracteriza quanto a abordagem como qualitativa, quanto aos objetivos como descritiva e quanto aos procedimentos como pesquisa de campo e revisão de literatura, e buscou o alinhamento de sua proposta à realidade das Licitações no IFS – *Campus* Lagarto. Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos utilizados no presente estudo.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa de campo consistiu ainda na aplicação de questionários estruturados, destinando-se a inferir a percepção dos gestores do IFS – *Campus* Lagarto acerca das licitações sustentáveis como alternativa para aquisições de bens e serviços.

Os questionários foram aplicados através da ferramenta *Google Docs*, entre os dias 14/06/2016 e 23/07/2016 e foram disponibilizados, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – (TCLE), ao passo que este se tornou material integrante do questionário, portanto, só foi possível prosseguir com as respostas do questionário, o sujeito que concordou com os termos do TCLE, veja-se apêndice e A e B.

Para acesso ao referido questionário, disponibilizou-se aos respondentes o *link* que dá acesso ao formulário e habilita o respondente a preenchê-lo, conforme segue: <https://docs.google.com/forms>, momento em que puderam prosseguir ou declinar da pesquisa, de acordo com sua opção de aceite ou recusa em participar, caracterizado pelo TCLE, descartando-se dessa maneira qualquer possibilidade de constrangimento ao respondente. Depois de respondido o questionário, os dados foram armazenados no *Google Drive*, o que possibilitou ao pesquisador sua tabulação, sem identificação dos respondentes, ponto positivo para o fortalecimento do caráter de confidencialidade do sujeito participante da pesquisa.

Com o método de aplicação à distância, também foi possível observar uma economia de tempo e recursos (financeiros e humanos). Evitou-se também o contato direto com os sujeitos envolvidos na pesquisa, eliminando possíveis distorções e interferências ou ainda a possibilidade de emissão de juízo de valor nas respostas por parte do pesquisador, aumentando deste modo a margem de segurança nas respostas devido a preservação do anonimato dos respondentes.

É uma pesquisa de campo, entretanto, neste caso específico fala-se de “campo” num contexto virtual, já que os questionários foram aplicados através de um Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Na afirmação de Fonseca (2002), a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.). Deste modo, o presente trabalho enquadra-se neste tipo de pesquisa, visto que prezou pela investigação da percepção de determinado grupo de pessoas acerca do tema proposto.

Para Marconi & Lakatos (2008), a pesquisa bibliográfica ou “revisão de literatura”, consiste num levantamento acerca dos principais trabalhos realizados e capazes de fornecer dados atuais e relevantes.

Em relação à forma de abordagem da pesquisa em comento, o presente estudo se caracterizou como qualitativo, ratificando os pensamentos de Marconi & Lakatos (2006), com a afirmativa que qualitativa é a pesquisa que visa conhecer características situacionais apresentadas pelos entrevistados, tendo o ambiente natural como fonte direta de dados e incluindo entre seus objetivos a análise detalhada acerca de atitudes e tendências de comportamentos de um determinado grupo.

Ainda nessa linha de pensamento, a pesquisa qualitativa não deve se preocupar com representatividade numérica e sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Nesse aspecto, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa, afirma Goldenberg (1997, p. 34).

Para Deslauriers (1991, p.58), na pesquisa qualitativa, o objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.

Já, quanto aos objetivos, o estudo foi enquadrado como descritivo, pois permitiu uma descrição detalhada da situação de percepção do grupo estudado quanto aos aspectos estabelecidos na pesquisa, sendo os que mais se adequaram à pesquisa, à luz dos

ensinamentos de Gil (2007, p. 52), assevera que “exemplos são os estudos de opiniões e atitudes”.

Ainda ratificando o posicionamento sobre a pesquisa descritiva, afirmam Selltiz *et al.* (1967 *apud* RODRIGUES, 2005), que é descrever as características de determinada população/fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Esse tipo de pesquisa obtém uma visão mais completa, pois é utilizada para aumentar os conhecimentos sobre as características e a magnitude de um problema.

Portanto, pode-se afirmar, tratar-se de uma Pesquisa de Campo com revisão de literatura, qualitativo descritiva.

3.2 QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO

Para a coleta dos dados da pesquisa de campo, utilizou-se o instrumento questionário estruturado, veja-se apêndice B. O questionário, segundo Marconi & Lakatos (2008) é constituído de uma série organizada de perguntas a serem respondidas por escrito pelos entrevistados.

Segundo Gil (2007), alguns cuidados devem ser tomados, como a inclusão de perguntas somente relacionadas ao problema, não constranger o respondente, devendo possibilitar uma única ideia e interpretação.

As questões foram elaboradas de acordo com os objetivos geral e específicos da pesquisa, momento em que, optou-se pela divisão do questionário em 4 categorias, totalizando 25 perguntas. Parte das perguntas remeteram a respostas de concordância, discordância ou opção de não saber responder, enquanto que as demais perguntas remetiam a respostas de acordo com a escala *Likert*⁶, em cinco níveis.

Mattar (2005, p. 236) explica esta escala como sendo uma série de afirmações em relação ao objeto pesquisado, onde o respondente não apenas concorda ou discorda da afirmação, mas indica o grau de concordância ou discordância.

Para a elaboração do questionário, veja-se em Apêndice B, foram observadas as normas contidas na Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, que aprovou diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, cumprindo-se a exigência de emissão do TERMO

⁶ Criada por Rensis Likert (1932), tal escala tem como objetivo medir atitudes.

DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, para cada respondente do questionário. Submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Sergipe – IFS, o aludido Comitê aprovou na data de 19 de maio de 2016 o referido questionário, através do Parecer Consubstanciado do Conselho de Ética em Pesquisa – CEP, sob número 1.552.033, possibilitando o prosseguimento regular da pesquisa.

3.3 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO

Considerando a proposta do estudo, alinhada aos objetivos da pesquisa, bem como a ligação direta da Gestão do IFS – *Campus* Lagarto com as compras institucionais, a população definida foi àquela composta por todos os gestores que respondem como chefes dos respectivos setores que compõe a Estrutura Organizacional do *Campus* Lagarto, já demonstrada na figura 3 – Organograma do IFS – *Campus* Lagarto, qual seja, A Direção Geral, com 1 (um) gestor, a Gerência de Ensino com 1 (um) gestor, a Gerência de Administração 1(um) Gestor, a Gerência de Apoio e Inclusão com 1 (um) gestor e mais 35 (trinta e cinco) gestores distribuídos nas 35 (trinta e cinco) Coordenadorias existentes, totalizando de 39 (trinta e nove) gestores, que compõem a população em questão.

A escolha da população justifica-se pelo fato de que os líderes devem influenciar positivamente seus liderados, compartilhando as boas práticas e formando o capital intelectual da instituição.

Desta maneira, não há que se falar em amostra, visto que para o estudo considerou-se a população total, e todos foram selecionados como respondentes do questionário proposto, mesmo que tenha havido objeção para a participação.

3.4 MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS – ANÁLISE DE *CLUSTERS* E GRAU DE VISÃO SOBRE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - GVLS

Apesar da caracterização da pesquisa como qualitativa, vislumbrou-se a possibilidade de quantificação dos dados, tratando-os por meio de técnicas estatísticas.

Foi escolhida a técnica de análise de *clusters* para facilitar o agrupamento das variáveis. Trata-se, pois, de um método multivariado⁷ usado para formar grupos de

⁷ Para Kerlinger (1980, p. 179) o termo multivariado significa várias variáveis, pois há consenso entre os cientistas comportamentais de que os fenômenos desta natureza têm muitos determinantes, sejam psicológicos, sociológicos ou educacionais, e devem ser tratados de forma multivariada.

elementos a partir de características similares (MOTA, 1994, p.22-23; REYNOLDS, 1998, p. 189).

Recorreu-se ao *software Statistics Base* (SPSS)⁸, possibilitando a realização de uma estatística descritiva, permitindo agrupar e analisar os respondentes de acordo com suas similaridades, fazendo-se, portanto, a chamada Análise de *Clusters* ou agrupamentos.

Deste modo, ratificando o entendimento de Stevenson (2001, p. 2), a estatística descritiva empregada permitiu organizar, resumir e simplificar os dados, com a finalidade de “tornar as coisas mais fáceis de entender, de relatar e de discutir”.

Tratando-se de um procedimento multivariado, a análise de *clusters* foi usada para detectar grupos homogêneos nos dados, estes constituídos de variáveis relacionadas entre si.

Não obstante a análise de *clusters*, optou-se pela criação de um índice para inferir o grau de Grau de Visão dos gestores do IFS – *Campus Lagarto*, agora agrupados, acerca das licitações sustentáveis, o GVLS, possibilitando a partir dos resultados classificar esses gestores como: antropocêntricos ou ecocêntricos.

O índice GVLS tem como finalidade inferir a capacidade de percepção ambiental dos respondentes acerca das Licitações Sustentáveis, atribuindo-se a cada resposta do questionário um nível de variação de percepção, definidas a partir da escala *Likert*, conforme segue: Para medir o GVLS, atribuiu-se valores numéricos às respostas (variáveis), nos cinco níveis, onde: Não Sei Responder atribuiu-se 1 (um), Discordo totalmente, atribuiu-se 2 (dois), Discordo Parcialmente, atribuiu-se 3 (três), Concordo Parcialmente atribuiu-se 4 (quatro) e Concordo Totalmente atribuiu-se 5 (cinco), e nos casos das dicotômicas não e sim, atribuiu-se 1(um) e 2 (dois), respectivamente.

Para calcular o GVLS, somam-se os valores de cada variável respondida e esse total divide-se pela soma dos máximos possíveis de cada variável, obtendo-se desta maneira o GVLS, que não poderá ultrapassar o total de 1 ao final do cálculo.

O GLVS é definido pela equação abaixo:

$$GVLS = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{\sum_{i=1}^n X_{maxi}}$$

Onde X_i representa os valores assumidos pelas variáveis correspondentes a cada questão, sendo que $i = 1, \dots, n$, sendo n a n -ésima questão do instrumento aplicado no

⁸ Segundo a IBM, empresa detentora do *Statistics Base* (SPSS), este trata-se de um *software* de análise estatística que fornece recursos de análise do início ao fim do processo, auxiliando para melhor desempenho, condução de pesquisas e tomada de decisões.

trabalho em tela. E $X_{\max}$ são os máximos valores assumidos pelas variáveis, de maneira que as respostas divididas em cinco (5) níveis o valor máximo assume valor igual a 5 (concordo plenamente).

Ao final, foi considerada a média do GVLS de cada respondente para inferir o grau de visão sobre licitações sustentáveis, remetendo a percepção ambiental dos gestores do IFS acerca do tema, a saber: respondentes abaixo da média foram classificados como antropocêntricos e respondentes iguais ou acima da média foram classificados como ecocêntricos.

Similar foi a técnica aplicada no estudo de Barreto, Khan e Lima (2005), que teve como objetivo analisar e verificar a importância da sustentabilidade em três assentamentos beneficiados no município de Caucaia pelos programas de reforma agrária tanto em nível federal como estadual no Estado do Ceará. Deste modo, elaboraram um questionário, contendo uma lista de variáveis, que consideraram aspectos econômico-sociais, ambientais e de capital social para a mensuração da sustentabilidade, tendo sido criado neste estudo um índice de sustentabilidade (IS), que é a média aritmética de três outros índices também criados ali criados, quais sejam, um índice de desenvolvimento econômico-social, um índice ambiental e um índice de capital social. Os valores do Índice de Sustentabilidade sugerem o médio nível de desenvolvimento para os três assentamentos estudados.

O trabalho de Damasceno, Khan e Lima (2011), utilizou-se de índice similar, quando através do cálculo de um índice de Sustentabilidade (IS), aliado ao emprego agropecuário por hectare cultivado e da renda agropecuária por hectare cultivado foi possível mensurar o nível de desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares beneficiários e não beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) nos municípios de Baturité, Iguatu e Quixadá, localizados no estado do Ceará, e o efeito desse programa sobre a renda e o emprego, utilizando-se ainda a análise descritiva e a aplicação dos testes t de *Student*, Qui-Quadrado e U de Mann-Whitney, onde realizaram comparações entre os grupos de agricultores familiares selecionados.

O capítulo seguinte apresentará os resultados encontrados e a discussão desses resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa, provenientes dos dados coletados a partir da aplicação dos questionários estruturados, ocorrida através da *internet*, via questionários do *Google*, no período de 14/06/2016 a 23/07/2016, bem como os resultados dos demais métodos e técnicas aplicados no estudo.

4.1 PERFIL DO RESPONDENTE

Esta categoria foi introduzida com o intuito de traçar o perfil dos respondentes da pesquisa, quais sejam, os Gestores do IFS – *Campus* Lagarto. Os seis itens a seguir integraram o cabeçalho do questionário, instrumento utilizado na pesquisa: Sexo, Idade, Categoria Funcional, Vinculação Funcional, Tempo de serviço no IFS e Escolaridade.

Com relação ao sexo dos respondentes, a pesquisa apresentou como resultados a distribuição de 21 (vinte e um) homens e 13 (treze) mulheres nos cargos de gestão do IFS – *Campus* Lagarto, correspondendo a 61,76% e 38,24%, respectivamente.

A faixa etária predominante dos ocupantes dos cargos de gestão do IFS, compreende a faixa dos 31 (trinta e um) aos 60 (sessenta) anos, o que demonstra a maturidade da população, por ter de certo modo vivenciado as grandes mudanças de comportamento das gerações nas últimas décadas, nos diversos aspectos relacionados a sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável.

A Categoria Funcional dos respondentes foi introduzida para demonstrar a alocação dos cargos de gestão entre as duas categorias funcionais existentes na instituição, quais sejam, Técnico Administrativo em Educação - TAE e Docentes, onde, os técnicos administrativos são o suporte à atividade fim, e os docentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nessa categoria, observou-se que 70,59% dos servidores são TAE e 29,41% são docentes.

A Vinculação Funcional dos gestores do IFS e foi introduzida para demonstrar dentre as categorias funcionais existentes, a alocação predominante dos gestores, visto que, independente do cargo ocupado, poderá haver a designação para ocupar funções de gestão em área adversa à sua categoria funcional. De pronto verificou-se que a maior parte dos gestores estão vinculados a Administração (67,65%), demonstrando a preocupação da instituição em manter em funções estratégicas de gestão administrativa

os servidores administrativos, enquanto que os docentes são direcionados a gestão do ensino, pesquisa e extensão, focando-se, portanto, na atividade fim.

Em relação ao tempo de serviço dos gestores no IFS, apesar da faixa etária predominante dos ocupantes dos cargos de gestão remeter a um maior grau maturidade, nota-se um quadro de servidores com tempo médio de instituição inferior a 6 (seis) anos, ou seja, configura-se um efetivo formado após as implementações dos normativos que regulam as licitações sustentáveis.

O grau de escolaridade dos gestores do IFS e foi introduzido com o intuito de capturar a grau de instrução educacional da população selecionada. Nota-se um alto grau de instrução dos gestores, sendo que apenas 14,7% dos gestores não completaram o ensino superior, enquanto que 85,3% tem formação superior ou maior grau, o que confirma um grau elevado de escolaridade da população entrevistada.

4.2 CATEGORIA - POLÍTICA E DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E METAS

Essa categoria foi introduzida com o objetivo de capturar a percepção de conhecimento dos gestores acerca da Política e da definição de objetivos e metas do IFS – *Campus Lagarto* no que diz respeito às compras e licitações.

Percebeu-se através das respostas que pouco mais da metade do quantitativo de gestores tem conhecimento da existência de alguma política para compras na instituição e não souberam responder se existem objetivos e metas traçadas.

Perguntados sobre a importância da Instituição em se preocupar de forma contínua com as questões ambientais em suas licitações, o posicionamento em sua maioria foi de concordância total, assim como 91,18% dos gestores dos entrevistados apresentaram sua concordância de que uma política voltada para licitações sustentáveis poderia colaborar com a gestão sustentável e ambiental da Instituição.

4.3 CATEGORIA – CONFORMIDADE LEGAL E ASPECTOS ECONÔMICOS

Essa categoria foi introduzida com o objetivo de capturar a percepção de conhecimento dos gestores acerca da conformidade legal e dos aspectos econômicos das licitações e ou licitações sustentáveis, do cumprimento da legislação e dos aspectos econômicos, estabelecendo relações entre a qualidade e o preço.

Com relação aos aspectos legais, uma parte significativa dos gestores demonstrou possuir algum conhecimento sobre o IFS utilizar modalidades de licitação elencadas nas Leis 8.666/93 e 10.520/02.

Perguntados sobre o conhecimento dos gestores sobre legislação e atos normativos que regulam a sistemática de licitações, com vias a saber como o gestor percebe a qualificação dos operadores das licitações no IFS, 32,35% do gestores concordaram parcialmente, 47,06% concordaram totalmente e 20,59% não souberam responder ao questionamento, o que demonstra, baseando-se nos percentuais mencionados, que existe uma clara necessidade de treinamento dos agentes envolvidos no que tange a legislação e normativos acerca das licitações.

Com vias a verificar a interferência na tomada de decisão no momento da aquisição, os gestores foram inquiridos sobre a existência de uma relação entre qualidade e preço, onde a grande maioria não soube responder com precisão, mas concordou que a Instituição estaria disposta a pagar mais caro por um produto que agredisse menos o meio ambiente, momento em que também não souberam responder se existem critérios de sustentabilidade estabelecidos nas licitações operadas pelo campus, mas não havendo, concordaram totalmente em sua maioria que é possível a inserção de tais critérios.

4.4 CATEGORIA – BARREIRAS ORGANIZACIONAIS (SERVIDORES E FORNECEDORES)

Essa categoria foi introduzida na pesquisa com o objetivo de capturar a percepção dos gestores acerca das principais barreiras organizacionais (servidores e fornecedores), no que se refere às características funcionais de servidores e as características técnicas de fornecedores.

Os gestores apresentaram em suas respostas, mais de 50% de concordância sobre o seu conhecimento se O IFS – *Campus Lagarto* trabalha com uma relação de fornecedores que têm algum tipo de certificação ambiental, como por exemplo: ISO, Selo Ambiental, Selo Verde, etc., sendo que mais de 50% e 41%, concordaram parcialmente e concordaram totalmente, respectivamente, com a frase “é importante para o IFS – *Campus Lagarto* adquirir produtos e serviços, exclusivamente, através de fornecedores que tenham certificação ou selo de responsabilidade ambiental reconhecidos?”, o que demonstra um alto grau de sensibilização dos gestores com as questões de proteção ambiental advindas de fornecedores.

Apesar do citado acima, os gestores em sua maioria acham que o IFS enfrentaria dificuldade em encontrar no mercado fornecedores que se enquadrassem às exigências dos critérios de sustentabilidade no processo licitatório, remetendo ao “papel” que o IFS poderá desempenhar para apoiar a adequação de novos fornecedores a tais critérios, contribuindo com a expansão das compras sustentáveis.

4.5 CATEGORIA – CONHECIMENTO E COMUNICAÇÃO

Essa categoria foi introduzida na pesquisa com o objetivo de capturar a percepção dos gestores acerca do envolvimento dos servidores nos processos de compras e o conhecimento necessário envolvido na inserção de critérios de sustentabilidade no processo licitatório. Além disso, busca compreender como ocorre a comunicação interna, com a sociedade e fornecedores e ainda disseminação das informações sobre as propostas de melhoria do processo licitatório e procedimentos e normas internas.

Em suma, as respostas dos gestores nessa categoria demonstraram que, com sua estrutura administrativa atual, o IFS até teria condições técnicas de inserir critérios de sustentabilidade no processo licitatório ou mesmo nas compras diretas (dispensas e inexigibilidades), mas não em sua plenitude, justamente pela estrutura enxuta de servidores.

Os gestores acham que existem benefícios econômicos nas licitações sustentáveis, levando-se em consideração a durabilidade dos produtos e ainda que existem benefícios sociais relevantes, demonstrando um alinhamento do pensamento desses gestores com o tripé da sustentabilidade.

Quanto ao uso dos recursos na produção ou fornecimento de serviços, eles acham que existem benefícios ambientais presentes nas licitações sustentáveis, com respostas positivas que atingem 94,12%, demonstrando sua visão sobre benefícios ambientais nas licitações sustentáveis.

Inquiridos se concordam que a inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações do IFS - *Campus* Lagarto, de acordo com a Lei 8.666/93 e a Portaria 01/2010 do Governo Federal podem de alguma maneira induzir o crescimento do mercado de bens e serviços sustentáveis, os gestores responderem positivamente e concordaram em sua maioria que a inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações do IFS, podem sim de alguma maneira induzir o crescimento do mercado de bens e serviços sustentáveis na região.

As respostas também apresentaram a percepção dos gestores, opinando que a inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações pode aumentar a competitividade e o comércio local, colaborando com o desenvolvimento e a inovação na região, e consideraram também que a adoção das licitações sustentáveis pelo IFS – *Campus* Lagarto, poderia colaborar para o reconhecimento da Instituição como referência nessa prática, adquirindo notoriedade interna e externa.

E por fim mais de 94% dos gestores consideram ser importante a criação de programas e normativos para regularem atividades inerentes as licitações sustentáveis.

4.6 O GVLS E A ANÁLISE DE CLUSTERS

Os primeiros resultados dos dados inseridos no SPSS apresentaram a divisão da população em dois grupos e estão representados pelo dendograma⁹.

Com a inserção dados no SPSS, durante a análise e tratamento, o *software* apontou que algumas variáveis estavam com mais de 25% de “*missing values*”, ou seja, com dados ausentes ou faltantes, o que de pronto remeteu a variável “Não Sei Responder – NSR”, optando-se nestes casos isolados, pelo julgamento da imaterialidade do quantitativo, com exclusão definitiva, em relação ao questionário aplicado, referente as variáveis 2, 5, 7 e 11.

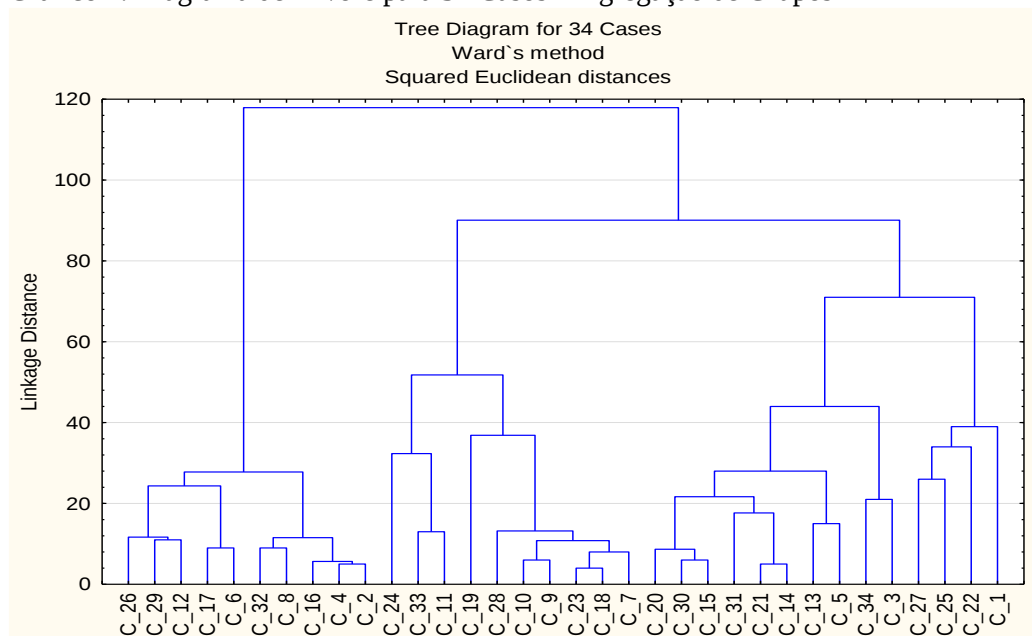
Da análise do Dendograma, após exclusão dos “*missing values*” verificou-se que os respondentes foram classificados em dois grupos, a saber:

O Grupo 1 que é predominantemente formado por Técnicos Administrativos em Educação – TAE, especificamente 80% (oitenta por cento) dos respondentes. Já os 20% (vinte por cento) restantes neste grupo correspondem a Docentes.

O Grupo 2 dividiu-se em 2 subgrupos, onde o subgrupo 2a tem predominância de 90% (noventa por cento) de Técnicos Administrativos em Educação – TAE e 10% (dez por cento) de Docentes e o Subgrupo 2b tem predominância de 57% (cinquenta e sete por cento) de Técnicos Administrativos em Educação – TAE e 43% (quarenta e três por cento) de Docentes.

⁹ Dendograma pode ser descrito como uma representação ramificada da inter-relação de um grupo de itens que participam de alguns fatores comuns. Pestana & Gageiro (2000), afirmam ser uma aglomeração feita numa escala de 0 a 25, servindo para a escolha do número adequado (validação) de *clusters*.

Gráfico 1. Diagrama de Árvore para 34 Casos – Agregação de Grupos



Fonte: Dados da pesquisa – Software SPSS

Notou-se ainda que, nos agrupamentos ocorridos os componentes dos grupos e subgrupos apresentaram visões parecidas, haja visto o padrão de similaridade de suas respostas, confirmou-se não haver diferenças significativas nos *clusters* analisados, permitindo que se pudesse fazer a aplicação do GLVS.

Conforme a Tabela 3, aplicado o GVLS, encontrou-se a média de variáveis do Grupo 1 de forma individualizada e agregada. Quando da análise de forma individualizada, demonstrou um GVLS muito acima da média e quando da análise do grupo, como resultado apontou uma média geral de 0,68 (zero vírgula sessenta e oito), confirmando tratar-se de uma visão ecocêntrica desses indivíduos com relação às questões ambientais nas licitações sustentáveis.

Tabela 3. Cálculo do GVLS para o Grupo 1

CATEGORIA FUNCIONAL	MÉDIA DAS VARIÁVEIS GVLS	MÉDIA SUBGRUPO 1 – GVLS
Técnico Administrativo	0,75	0,68
Técnico Administrativo	0,74	
Técnico Administrativo	0,68	
Técnico Administrativo	0,67	
Técnico Administrativo	0,65	
Técnico Administrativo	0,66	
Docente	0,69	
Técnico Administrativo	0,65	
Técnico Administrativo	0,65	
Docente	0,71	

Fonte: Elaboração própria

Conforme a Tabela 4, aplicado o GVLS, encontrou-se a média de variáveis de forma individualizada e do subgrupo 2a. Quando analisado de forma individualizada, percebe-se que 40% dos agentes permaneceu abaixo da média fixada para o GVLS, e ainda quando da análise do grupo, os resultados permanecem abaixo da média geral, uma vez que o resultado apontou uma média geral de 0,65 (zero vírgula sessenta e cinco), confirmando que a maioria dos agentes deste grupo, tem uma visão antropocêntrica com às questões ambientais nas licitações sustentáveis.

Tabela 4. Cálculo do GVLS para o Subgrupo 2a

CATEGORIA FUNCIONAL	MÉDIA DAS VARIÁVEIS GVLS	MÉDIA SUBGRUPO 2a – GVLS
Técnico Administrativo	0,70	
Técnico Administrativo	0,69	
Técnico Administrativo	0,70	
Técnico Administrativo	0,59	
Técnico Administrativo	0,67	0,65
Técnico Administrativo	0,60	
Técnico Administrativo	0,67	
Docente	0,60	
Docente	0,65	
Técnico Administrativo	0,64	

Fonte: Elaboração própria

Conforme a Tabela 5, aplicado o GVLS, encontrou-se a média de variáveis de forma individualizada e do grupo 2b. Quando analisado de forma individualizada, demonstrou um GVLS acima da média para mais de 57% dos gestores, e ainda quando da análise do grupo, os resultados permaneceram dentro da média geral de 0,66 (zero vírgula sessenta e seis), demonstrando a similaridade de respostas do grupo e confirmando que a maioria dos indivíduos deste grupo, tem uma visão ecocêntrica com às questões ambientais nas licitações sustentáveis.

Tabela 5. Cálculo do GVLS para o Subgrupo 2b

CATEGORIA FUNCIONAL	MÉDIA DAS VARIÁVEIS GVLS	MÉDIA SUBGRUPO 2b – GVLS
Técnico Administrativo	0,56	
Docente	0,69	
Técnico Administrativo	0,69	
Técnico Administrativo	0,62	
Técnico Administrativo	0,72	
Docente	0,72	
Técnico Administrativo	0,68	
Técnico Administrativo	0,72	
Técnico Administrativo	0,62	0,66
Docente	0,68	
Docente	0,62	
Docente	0,70	
Técnico Administrativo	0,61	
Docente	0,61	

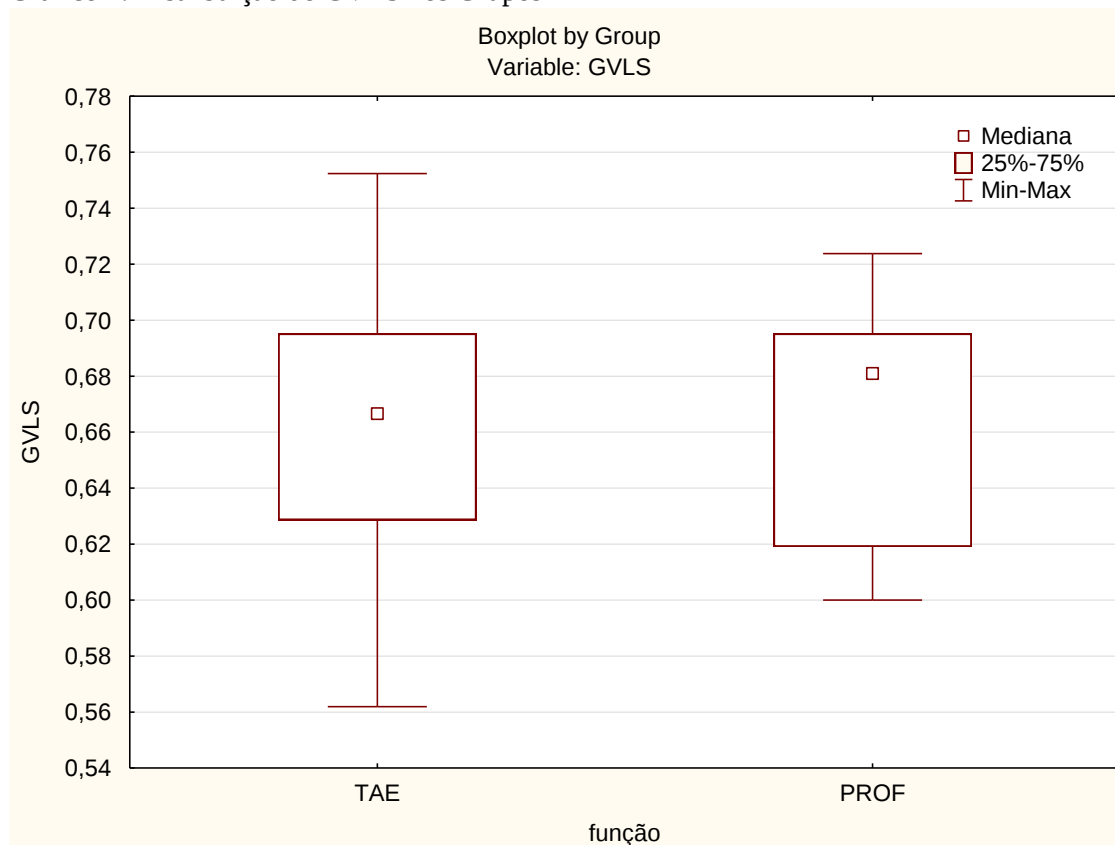
Fonte: Elaboração própria

No Gráfico 15, o *Boxplot*¹⁰ apresenta a distribuição do GVLS dos grupos TAE e Docentes, possibilitando observar uma pequena assimetria do GVLS para o grupo de docentes e uma dispersão maior para os TAE. Aplicou-se o teste de *Kolmogorov-Smirnov*¹¹ para comparar as medianas do GVLS para os grupos de TAE e Docentes, constatando que as medianas não diferiram significativamente ($p > 0,10$), assim, é correto afirmar que esta pequena assimetria não prejudicou o estudo.

¹⁰ Um boxplot é um sumário gráfico da distribuição de uma amostra que exhibe sua forma, tendência central e variabilidade.

¹¹ Em estatística, o teste de *Kolmogorov-Smirnov* é usado para determinar se duas distribuições de probabilidade subjacentes diferem uma da outra ou se uma das distribuições de probabilidade subjacentes difere da distribuição em hipótese, em qualquer dos casos com base em amostras finitas.

Gráfico 2. Distribuição do GVLS nos Grupos



Fonte: Dados da Pesquisa – *Software SPSS*

4.7 DISCUSSÃO

Dos questionários aplicados aos 39 (trinta e nove) gestores do IFS –Campus Lagarto, 34 (trinta e quatro) foram respondidos e 5 (cinco) não respondidos, totalizando 87,18% (oitenta e sete, virgula dezoito por cento) de adesão à pesquisa, o que tornou possível a análise da população a que se pretendia: os gestores do *Campus* Lagarto.

Traçar o perfil dos respondentes foi de grande valia para se conhecer os gestores do IFS – *Campus* Lagarto, apresentando-se nos resultados uma distribuição majoritariamente masculina na ocupação dos cargos de gestão. Ainda sobre o perfil, identificou-se uma população numa faixa etária – de 31 a 40 anos (41,18%) e de 41 a 50 anos (26,47%), o que pode demonstrar maior grau de maturidade desses indivíduos, por terem teoricamente vivenciado as mudanças nas últimas décadas, no que diz respeito aos diversos aspectos relacionados a sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável.

Demonstrou-se também a existência de duas categorias funcionais, a de técnicos administrativos em educação e a de docentes, sob uma distribuição que pode ser considerada equilibrada, visto que se fez perceptível a preocupação da instituição em

manter os servidores administrativos em funções estratégicas de gestão, enquanto que os docentes foram direcionados à gestão da atividade fim.

Analisando o perfil do respondente, notou-se ainda que apesar da faixa etária predominante estar em um patamar que demonstre maturidade desses indivíduos, com relação ao tempo de serviço na instituição, os dados demonstraram se tratar de um efetivo formado após as implementações por parte do Estado, dos normativos que regulam as licitações sustentáveis, o que demonstra maior facilidade de adesão a nova sistemática, mas que em contrapartida, requer maior capacitação desses indivíduos.

Um dado bastante positivo diz respeito ao grau de escolaridade dos gestores do IFS, aferindo-se que mais de 85% dos gestores tem formação de nível superior ou maior grau, com um percentual maior quando se considera de forma isolada os pós-graduados com grau de especialização, atingindo a marca de 52,9%.

Da análise das respostas aos questionários, preliminarmente, percebeu-se que as normas acerca das licitações sustentáveis são de conhecimento dos gestores do IFS – *Campus* Lagarto, entretanto, segundo os respondentes não há parâmetro advindo de outras instituições para facilitar a adoção das licitações sustentáveis no âmbito da instituição, e mais da metade dos gestores desconhecem a existência de alguma política para regular compras na instituição e não souberam responder sobre a existência ou não de objetivos e metas traçadas.

Notou-se, contudo, que os gestores são favoráveis no sentido de que o IFS se preocupe de forma contínua com as questões ambientais em suas licitações, onde uma política voltada para licitações sustentáveis poderia colaborar de forma significativa com a gestão sustentável e ambiental.

Verificou-se também que na percepção dos gestores, a qualificação dos agentes que operam diretamente as licitações no IFS é algo que deve ser observado, remetendo a necessidade de treinamento acerca da legislação e dos normativos que regem as licitações.

Ficou claro, segundo afirmaram os gestores, que as questões de preço não devem ser a grande preocupação na licitação, devendo se necessário, a instituição pagar mais caro por um produto que agrida menos o meio ambiente.

No que se refere às características funcionais de servidores, evidenciou-se principalmente a sensibilização dos gestores para que o IFS observe a contratação de fornecedores preocupados com as questões ambientais, com certificação ou selos de responsabilidade ambiental reconhecidos, mas apesar disso entenderam que a instituição enfrentaria dificuldades em encontrar no mercado fornecedores que se enquadrem nesses

critérios, isto posto, no Brasil ainda é uma realidade, pois há poucos fornecedores habilitados nestes quesitos.

Quanto ao conhecimento e comunicação institucional, foi possível capturar a percepção dos gestores acerca do envolvimento dos servidores nos processos licitatórios e o conhecimento informacional necessário para a inserção de critérios de sustentabilidade nesses processos, evidenciando-se novamente que haveria possibilidade de inserção dos critérios sustentáveis, todavia, considerando-se a estrutura administrativa atual existente poderia haver certa dificuldade.

As confirmações dos gestores com relação aos benefícios econômicos, sociais e ambientais advindos dos processos licitatórios, que respeitem os critérios de sustentabilidade, demonstram um importante alinhamento do seu pensamento com os propósitos do tripé da sustentabilidade, demonstrando características positivas para a instituição, limitando o surgimento de barreiras quando da implementação das licitações sustentáveis.

A percepção da maioria dos gestores é de que a inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações poderá aumentar a competitividade e o comércio local, visto que a região será fomentada pela inovação e se desenvolverá tecnologicamente, de modo que a instituição poderá alcançar com suas práticas, maior notoriedade, tanto interna quanto externa, inclusive em relação a responsabilidade socioambiental.

Com a inserção dos dados coletados pelo instrumento questionário, com o auxílio do *software* SPSS, efetivadas pela técnica de *cluster* (agrupamento) e aliados aos resultados obtidos com GVLS, possibilitou-se a obtenção da visão de percepção ambiental da população pesquisada acerca das licitações sustentáveis no IFS – *Campus* Lagarto, através de uma média que indicou esse grau de visão (individual e de grupo) classificando os gestores como antropocêntricos ou ecocêntricos.

Da análise, verificou-se a concentração dos gestores em 2 grupos, sendo o segundo grupo composto por dois subgrupos, denominados subgrupo 2a e subgrupo 2b, de sorte que os agrupamentos ocorridos demonstraram visões parecidas devido ao padrão de similaridade nas respostas, tendo sido confirmada a inexistência de diferenças significativas, permitindo a aplicação do GVLS.

Encontradas as médias de variáveis de forma individualizada e por grupo, verificou-se no grupo 1 a presença marcante de indivíduos acima da média geral estabelecida para o GVLS e nenhum abaixo da média, e no que diz respeito a percepção destes gestores sobre questões ambientais nas licitações sustentáveis, confirmou tratar-se de uma visão

ecocêntrica, pois o resultado apontou uma média geral de 0,68 (zero vírgula sessenta e oito) para o grupo 1. O fato desse grupo aparecer de forma isolada pode estar atrelado a elevada escolaridade desses gestores e ainda por trabalharem diretamente com as atividades ligadas a Gestão Administrativa das atividades meio.

Já no grupo seguinte, denominado subgrupo 2a, analisando de forma individualizada, percebeu-se que 50% dos indivíduos estão abaixo da média geral do GVLS e os outros 50% ultrapassaram a média, todavia na análise da média grupal, o subgrupo 2a permaneceu abaixo da média global, conferindo aos gestores deste grupo uma classificação de visão antropocêntrica, uma vez que o resultado apontou uma média geral de 0,65 (zero vírgula sessenta e cinco), o que aduz a necessidade da administração implementar ações de educação ambiental que reforcem a importância das licitações sustentáveis no âmbito da instituição, contudo uma investigação mais precisa por parte da instituição se faz necessária, para certificar-se onde encontram-se essas lacunas, considerando não haver a identificação dos indivíduos.

Ainda sobre o grupo 2, no subgrupo 2b, da análise de forma individualizada, demonstrou um GVLS acima da média para mais de 57% dos gestores, e ainda quando da análise do grupo, estes foram classificados como ecocêntricos, uma vez que o resultado apontou uma média geral de 0,66 (zero vírgula sessenta e seis), demonstrando a similaridade de respostas do grupo e confirmando que a maioria dos indivíduos deste grupo, tem uma percepção mais ambiental acerca das licitações sustentáveis.

Nos resultados obtidos, na distribuição do GVLS dos grupos de TAE e Docentes, foi possível observar uma pequena assimetria para a categoria de Docentes e uma dispersão maior para os TAE, mas quando aplicado o teste de *Kolmogorov-Smirnov*, na comparação das medianas, constatou-se que não diferiram significativamente, isto posto, salvo as exceções abaixo da média do índice GVLS, a maioria dos gestores tem uma visão ecocêntrica com relação a percepção nas licitações sustentáveis no IFS – Campus Lagarto, o que certamente confirma que a percepção ambiental desses agentes está fortemente ligada a sua instrução educacional, e no contexto do estudo, o IFS é um ambiente propício às práticas pedagógicas das mais diversas tipologias.

As descobertas feitas a partir dos agrupamentos e do GLVS ao inferir o grau de percepção dos gestores do *Campus* Lagarto acerca das licitações sustentáveis, e da análise das respostas aos questionários, ratificaram a viabilidade para aquisições de bens e serviços adotando critérios sustentáveis.

A percepção dos gestores acerca das licitações sustentáveis e o seu elevado GLVS, que classificou a maioria desses gestores como ecocêntricos, torna-se o principal elemento para subsidiar a implementação de um processo formal de aquisições sustentáveis no IFS – *Campus Lagarto*, pois, demonstrou acima de tudo como os agentes estão abertos aos conceitos do desenvolvimento sustentável, e ao que apontaram os resultados das análises, reagem de forma positiva quando se trata das questões ambientais e são sensíveis quando se trata da possibilidade de mudanças de comportamento, seja de ordem funcional ou institucional, o que certamente trarão reflexos positivos à sociedade, economia e ao meio ambiente.

Com base nos resultados apresentados, sugere-se ao IFS – *Campus Lagarto* a implementação das Licitações Sustentáveis utilizando-se de:

- a) Regulamentação e padronização dos procedimentos licitatórios, formatando-se um Plano de Contratações Sustentáveis;
- b) Criação de Programas de Educação Ambiental extensiva a gestores e servidores;
- c) Aplicação de pesquisas periódicas de percepção ambiental, abrangendo a comunidade interna e externa;
- d) Fortalecimento da comunicação interna acerca de procedimentos e normas vigentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca da conscientização dos países sobre a necessidade de promover o crescimento de suas economias sem destruir o meio ambiente ou sacrificar o bem-estar das futuras gerações, transformando sobretudo, o mundo dos negócios tornou-se um desafio na atualidade, ratificando a necessidade de uma relação cada vez mais estreita e responsável, séria e compromissada, cujo propósito se resume ao bem comum e a ter um ambiente totalmente equilibrado: economicamente, ambientalmente e socialmente.

Na medida em que o mundo tem discutido de forma massiva a preocupação com o efetivo provimento dos recursos naturais para as gerações futuras, o tema sustentabilidade tem se tornado cada vez mais presente nos diversos setores da sociedade, e nesse contexto a Administração Pública recebe olhares de destaque, possivelmente pelo seu dever constitucional em relação a implementação de políticas públicas que colaborem com a economia e utilização racional desses recursos, colaborando com a sua efetiva preservação.

Isto posto, o presente trabalho objetivou diagnosticar a percepção dos gestores do IFS – *Campus* Lagarto acerca das licitações sustentáveis como alternativa viável para aquisições de bens e serviços e identificou o grau de percepção sobre o conhecimento desses gestores acerca dessa ferramenta, e ainda, apontou elementos que podem porventura subsidiar a implementação de um processo formal de aquisições sustentáveis naquela instituição.

De abordagem qualitativa-descritiva, com procedimentos de pesquisa de campo e revisão de literatura, este estudo definiu como população todos os gestores do IFS – *Campus* Lagarto. Para a coleta dos dados da pesquisa, foi utilizado o instrumento questionário estruturado, que após tabuladas, as respostas foram tratadas e analisadas permitindo fazer uma análise descritiva e com o apoio do índice GVLS e do software SPSS, possibilitou-se ainda fazer uma análise de *clusters*, que mediu o grau de visão dos gestores sobre as licitações sustentáveis, classificando-os conforme média delimitada, em antropocêntricos e ecocêntricos, tendo como resultado 29,42% e 70,58%, respectivamente.

A partir da análise do perfil dos gestores, identificou-se a predominância de uma faixa etária que teoricamente demonstra maior grau de maturidade, por terem

teoricamente vivenciado as mudanças nas últimas décadas, no que diz respeito aos diversos aspectos relacionados a sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável; a existência de duas categorias funcionais, a de técnicos administrativos em educação e a de docentes, distribuídos de forma que pôde ser considerada equilibrada, uma vez que os servidores administrativos foram mantidos em funções estratégicas de gestão, enquanto que, os docentes foram direcionados à gestão da atividade fim.

Encontrou-se uma população com alto grau de escolaridade, onde aferiu-se que mais de 85% dos gestores tem formação de nível superior ou maior grau, com um percentual maior quando se considera, de forma isolada os pós-graduados com grau de especialização, atingindo a marca de 52,9%, isto posto, denota maior facilidade na implementação de programas de educação ambiental no âmbito da instituição.

Conforme apontaram os resultados, quanto ao desconhecimento de mais da metade dos gestores com relação a existência de alguma política para regular compras na instituição e ainda sobre a existência ou não de objetivos e metas traçadas, é fator de preocupação, pois demonstra a necessidade de expandir a comunicação institucional.

Já com relação a inserção de critérios de sustentabilidade nos processos licitatórios, evidenciaram-se possíveis, todavia, se considerada a estrutura administrativa existente, ficou explicitado que poderia haver certa dificuldade, mas sem maiores comprometimentos, visto que seria necessário apenas rever tal estrutura em relação ao seu tamanho, criar regulamentos e normas, treinar gestores e servidores.

Um ponto de destaque foi a percepção dos gestores quanto às questões de preço dos produtos ou serviços, que segundo eles, não deve ser a grande preocupação na licitação, devendo, se necessário, a instituição pagar mais caro por um produto que agrida menos o meio ambiente, observando-se, obviamente a contratação de fornecedores preocupados com as questões ambientais, com certificação ou selos de responsabilidade ambiental reconhecidos.

Remetendo-se aos benefícios econômicos, sociais e ambientais advindos dos processos licitatórios, que respeitem os critérios de sustentabilidade, os gestores demonstram um importante alinhamento com o tripé da sustentabilidade, pois ressaltaram esta como sendo uma característica positiva para a instituição, podendo colaborar com a eliminação de possíveis barreiras quando da implementação das licitações sustentáveis.

Outra descoberta foi que, na percepção da maioria dos gestores, a inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações poderá aumentar a competitividade e o comércio local, pelo fato de que a região será fomentada pela inovação e se desenvolverá

tecnologicamente, de modo que a instituição poderá alcançar com suas práticas, maior notoriedade, tanto interna quanto externa, inclusive em relação a responsabilidade socioambiental.

A classificação da maioria dos gestores como ecocêntricos (70,58%), tornou-se o principal elemento para subsidiar a implementação de um processo formal de aquisições sustentáveis no IFS – *Campus* Lagarto, visto que, demonstrou acima de tudo como os gestores estão abertos aos conceitos do desenvolvimento sustentável, e ao que demonstraram os resultados, reagem de forma positiva quando se trata de questões ambientais, sensibilizando-se sobre a possibilidade de mudanças de comportamento, seja de ordem funcional ou institucional, esperando-se como resultados, reflexos positivos à sociedade, economia e ao meio ambiente.

Com base nos resultados apresentados no presente estudo, sugere-se ao IFS-*Campus* Lagarto, a implementação das Licitações Sustentáveis utilizando-se de:

- a) Regulamentação e padronização dos procedimentos licitatórios, formatando-se um Plano de Contratações Sustentáveis;
- b) Criação de Programas de Educação Ambiental extensiva a gestores e servidores;
- c) Aplicação de pesquisas periódicas de percepção ambiental, abrangendo a comunidade interna e externa;
- d) Fortalecimento da comunicação interna acerca de procedimentos e normas vigentes.

Nestes termos, conclui-se que os objetivos da pesquisa foram atingidos, esperando-se, sobretudo, que o presente estudo sirva de parâmetro para o IFS – *Campus* Lagarto implementar um Plano de Contratações Sustentáveis, e ainda, que possa contribuir para inspirar novos estudos envolvendo o assunto aqui abordado, não só em função de sua relevância, mas também por sua incipiência, colaborando para que outros órgãos públicos possam captar a percepção dos seus gestores, ou em sua amplitude, de todos os seus servidores, no intuito de explorar em profundidade o tema Licitações Sustentáveis e suas variações de nomenclatura.

Sugere-se como continuidade ao presente estudo e ao tema abordado para que trabalhos futuros possam:

- a) Replicar esta pesquisa as demais unidades do IFS, com o intuito de institucionalizar um Plano de Contratações Sustentáveis;
- b) Abordar a educação ambiental como ferramenta para apoio na implementação das licitações sustentáveis em outros órgãos públicos;

- c) Explorar a percepção ambiental dos servidores públicos de outras instituições federais de educação onde já exista processos de licitações sustentáveis, com o intuito de aferir os resultados dos impactos econômicos, sociais e ambientais;
- d) Demonstrar quantitativa e qualitativamente os resultados de órgãos públicos que implementaram as licitações sustentáveis com o intuito de obter dados mensuráveis e exatos da sustentabilidade dessa ferramenta.
- e) Demonstrar como a classificação de indivíduos como ecocêntricos ou antropocêntricos podem ou não colaborar nos processos de implementação das licitações sustentáveis em órgãos da administração pública.
- f) Identificar os obstáculos para colocar em prática as licitações sustentáveis, considerando a existência de normativos que determinam sua implementação.
- g) Identificar a existência de fornecedores ou potenciais fornecedores de produtos sustentáveis – locais/regionais.

6 REFERÊNCIAS

- ABREU, I. DE S.; BUSSINGUER, E. C. DE A. **Antropocentrismo, ecocentrismo e holismo: uma breve análise das escolas de pensamento ambiental**. *Rev. Derecho y Cambio Social* [online]. Año X, 2013, ISSN 2224-4131. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5475846>>. Acesso em 12 de fev. 2017.
- ANDRADE, R. O. B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. **Gestão Ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2ª ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2002.
- ARAUJO, M., **Lagarto no Contexto Centro-Sul Sergipano**. *Economia em Foco*, 26 de nov. 2013. Disponível em: <http://hegb132ufs.blogspot.com.br/2013/11/lagarto-no-contexto-do-centro-sul_16.htm?m=1>. Acesso em: 04 de mai. 2016.
- BARONI, M. **Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável**. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, 32 (2): 14-24 abr/jun, 1992.
- BARRETO, R. C. S; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. **Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia-CE**. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2005, vol.43, n.2, pp.225-247. ISSN 0103-2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032005000200002>>. Acesso em 11 de fev. 2017.
- BAVARESCO, A. D.; VELASQUEZ, M. D.; MADRUGA, L. R.; ESTIVALETE, V. F. **Os Editais Licitatórios e as Obras Públicas Sustentáveis: um estudo de caso em uma instituição federal de ensino superior**. *Revista Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 26, n. 02, mai/ago 2013, p. 347 – 362. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/5819/pdf>>. Acesso em 19 de set. 2016.
- BELLEN, H. M. V. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BIDERMAN, R. (Org.); BETIOL, L. (Org.); MACEDO, L. S. V. (Org.); MONZONI, M (Org.); MAZON, R. (Org.). **Guia de Compras Públicas Sustentáveis - Uso do Poder de Compra do Governo para a promoção do Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011. v. único. 151 p.
- BIM, E. F. **Considerações sobre a juridicidade e os limites da licitação sustentável**. In: SANTOS, Murillo Giordan; BARKI, Teresa Villac Pinheiro (Coord.). *Licitações e contratações públicas sustentáveis*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. cap. 9, p. 175-214
- BRAMMER, Stephen; WALKER, Helen. **Sustainable procurement in the public sector: an international Comparative study**. *International Journal of Operations & Production Management*, v. 31, n. 4, p. 452-476, abr./maio 2011. Disponível em: <www.emeraldinsight.com/products/journals/journals.htm?id=ijopm>. Acesso em: 8 mar. 2012.

BRASIL. Advocacia Geral da União. **Guia Prático de Licitações Sustentáveis - 3ª Edição** Disponível em: <http://agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/138067>. Acesso em: 10 de jul. 2016.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 04 de març. 2016.

_____. **Decreto Federal 7.746 de 5 de junho de 2012**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm>. Acesso em: 04 de jun. 2016.

_____. **Lei 8.666 de 21 de junho de 1993** disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm>. Acesso em 08 de jun. 2015.

_____. **Lei 12.349, de 15 de dezembro de 2010**. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em 04 de jul. 2016.

_____. **Lei 12.349, de 15 de dezembro de 2010**. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12349.htm>. Acesso em 04 de jul. 2016.

_____. CNS - Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, 2012 [citado 2016, jul 23]. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_12.htm>. Acesso em: 01 de fev. 2016.

_____. MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Licitação sustentável**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/item/526>>. Acesso em: 10 de jul. 2015.

_____. MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na administração pública- Cartilha da A3P**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>> Acesso em: 18 de jul. 2016.

_____. MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa 01 de 19 de janeiro de 2010**. Disponível em: <<http://comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=295>> Acesso em: 18 de jul. 2016.

CALSING, E. **Ferramentas de gestão da responsabilidade social nas organizações**. Responsabilidade Social V. Brasília, série Rede SESI de Educação. Vol. 13. Brasília: SESI/DN, 2010.

CARVALHO, L. P. **Licitações sustentáveis: um estudo sobre a aplicação do decreto nº 7.746/2012 na contratação de serviços pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES/** Leonardo Portela de Carvalho. – 2014. 124 f: il.

CABESTRÉ, S. A; GRAZIADEI, T. M.; POLESEL FILHO, P. **Comunicação estratégica, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: um estudo destacando os aspectos teóricos-conceituais e práticos**. Revista do Centro de Ciências da Comunicação - CECC. v.7, 2008. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/%EE%80%80conexao%EE%80%81/article/viewFile/151/142>>. Acesso em: 01 de jun. 2016.

CINFORM MUNICÍPIOS. **História do Municípios: Um jeito fascinante de conhecer Sergipe**. Edição Histórica. Aracaju: Cinform, 2002.

Clóvis Cavalcanti (Org.) André Furtado, AndriStahel, Antônio Ribeiro, Armando Mendes, Celso Sekiguchi, Clóvis Cavalcanti, Dália Maimon, DarrellPosey, Elson Pires, Franz Brüseke, Geraldo Rohde, Guilherme Mammana, Héctor Leis, Henri Acselrad, Josemar Medeiros, José Luis D'Amato, Maria Lúcia Leonardi, Maurício Tolmasquim, Oswaldo Sevá Filho, Paula Stroh, Paulo Freire, Peter May, Regina Diniz, Antônio Rocha Magalhães.

DESENVOLVIMENTO E NATUREZA: Estudos para uma sociedade sustentável.

INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundacao Joaquim Nabuco, Ministério da Educacao, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994. p. 262. *Disponível em la World Wide Web*: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>. Acesso em 12 de jun. 2015.

DAMASCENO, N.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. **O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará**. Rev. Econ. Sociol. Rural [online]. 2011, vol.49, n.1, pp.129-156. ISSN 0103-2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032011000100006>>. Acesso em 21 de jan. 2017.

DELGADO, J. A. **Do conceito de licitação ao seu objeto**. Revista Forense, v.79, nº 283, p. 15-35, jul./set. 1983. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/9542/Do_Conceito_de_licitacao_ao%20_seu_Objeto.pdf>.

DESLAURIERS, J. & KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008 (p. 127/153).

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 20. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

DIEGUES, A. C. S. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.6, n.1-2, p. 22-29, 1992.

DURKHEIM, E. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Martin Claret, 2009

FAGGIONATO, S. **Percepção ambiental**. Texto disponibilizado em 2002. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html> Acesso em: 21 de jul. 2016.

FERNANDES, R. S; SOUZA, V. J. DE; PELISSARI; V. B.; FERNANDES; S. T. **Uso da Percepção como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental**. FCHT, Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica. Projeto Difusão Tecnológica em Recursos Hídricos. São Paulo, jun./2002.

FERREIRA, M. R. **Produção e conhecimento sobre degradação ambiental: uma incursão na psicologia ambiental**. 1997. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FORGUS, R. H. **Percepção: o processo básico do desenvolvimento cognitivo**. São Paulo: Herder, 1971.

FREITAS, D. D. de; ALVES, F. D.; BITTENCOURT, J. A. N. **Ex-Libris Estudos Jurídicos da Ulbra campus Cachoeira do Sul**/ Daniel Dottes de Freitas; Felipe Dalenogare Alves; João Alexandre Netto Bittencourt. São Paulo: Perse, 2012.

FREITAS, J. D. **Licitações e sustentabilidade: ponderação obrigatória dos custos e benefícios sociais, ambientais e econômicos**. Revista Interesse Público – IP, Belo Horizonte, v. 13, n. 70, p. 15-35, nov./dez. 2011.

GARCIA, F. A.; RIBEIRO, L. C. **Licitações Públicas Sustentáveis**. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 260, p. 231-254, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/8836>>. Acesso em 19 de set. 2016

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOODLAND, R. **The concept to of environmental sustainability**. Annual Review of Ecology and Systematics, v.26, p.1-24, 1995.

GUNTHER, E.; SCHEIBE, L. **The Hurdle Analysis. A Self-evaluation Tool for municipalities to Identify, Analyse and Overcome Hurdles to Green Procurement**. Corporate Social Responsibility and Environmental Management, v. 13, p.61-77, 2006.

HAIR Jr., J.F. **Análise Multivariada de dados** / J.F. Hair Jr., R.E. Anderson, R.L. Tatham e W.C. Black; Trad. Adonai Schlup Sant'anna e Anselmo Chaves Neto. 4.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2005.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEGISLAÇÃO JML. ARAÚJO, D.W. de; VARESCHINI, J.M.L (Organizadoras). **Licitações e Contratos Administrativos**. Curitiba: JML Editora, 2014, p. 843

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis, Vozes, 1999.

Licitações Sustentáveis – conceitos e princípios. Disponível em<<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/licita%C3%A7%C3%A3o-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em 20 de jun. 2016.

LIMA, G. F. C. **O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. Ambiente e Sociedade**, NEPAM/UNICAMP, Campinas, vol. 6, n. 2, jul-dez, 2003.

LUDWIG, J. A.; REYNOLDS, J. F. **Statistical Ecology: a primer on methods and computing**. New York: John Wiley & Sons, 1998.

MACEDO, R. L. G. **Percepção e conscientização ambiental**. Lavras, MG: Editora UFLA/FAEPE, 2000. 132p.

MARCONI, E. M.; LAKATOS, M. A. **Metodologia Científica: Ciência e Conhecimento Científico, Métodos Científicos, Teoria, Hipóteses e Variáveis, Metodologia Jurídica/** Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____; _____. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados /** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARRON, Donald. **Greener public purchasing as an environmental policy instrument. In: OECD. The environmental performance of public procurement. Issues of policy coherence.** France: Oecd Publications, 2003.

MASSON, I. **A Gestão Ambiental Participativa: possibilidades e limites de um processo de múltiplas relações:** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. 165 f. 2004.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005. 347p.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro.** 29. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

MENDES, R. P. R. **Percepção sobre o meio ambiente e Educação Ambiental: o olhar dos graduandos de ciências biológicas PUC-BETIM.** Dissertação (Mestrado). 2006.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIRANDA, D. J. P. **Educação e Percepção Ambiental: O despertar consciente do saber ambiental para a ação do homem na natureza.** Revista eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental, v.19, jul./dez. de 2007.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

MOTA, J. A. **Modelo de desempenho econômico-financeiro de empresas do setor produtivo estatal através de análise discriminante.** Brasília: Universidade de Brasília, 1994

NASCIMENTO, S. H. N. **Parecer CJ/SMA nº 683/2006.** Disponível em: <http://www.cqgp.sp.gov.br/gt_licitacoes/noticias/p-683-06_licitacao_sustentavel.pdf>. Acesso em 05 de jul. 2015.

OLIVEIRA, F. G. **Licitações sustentáveis no subsetor de edificações públicas municipais: modelo conceitual.** Vitória, 2008. Dissertação (Mestre em Engenharia Civil) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil do Centro Tecnológico, Universidade Federal do Espírito Santo.

PACHECO, E.; SILVA, H. P. **Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental.** 2006. Disponível em: < <http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/EserPacheco.pdf>>. Acesso em 18 de jul 2016.

PANCERI, B. **O Campo do Saneamento Ambiental Rural: estudo das percepções hábitos e Gênero na visão comunitária e institucional.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental/UFSC, Florianópolis, 1997.

PENNA, A. G. **Percepção e realidade: introdução ao estudo da atividade perceptiva**. 3. ed. São Paulo: Mercúrio Star, 1982.

PINHEIRO, L. V. S.; MONTEIRO, D. L. C.; GUERRA, D. S.; PENALOZA, V. **Transformando o discurso em prática: uma análise dos motivos e das preocupações que influenciam o comportamento pró-ambiental**. RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online) [online]. 2011, vol.12, n.3, pp.83-113. ISSN 1678-6971. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712011000300005>>. Acesso em: 10 de fev. 2017.

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Parecer nº 03/1999**. Disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/setores/proc/revistaproc/revproc1999/revdireito1999B/pare_0399SAFF.pdf> Acesso em: 10 de fev. 2017.

REGO, G. S.; PIMENTA, H. C. D.; SARAIVA, V. M. **Agenda Ambiental na Administração Pública - A3p: um estudo sobre a potencialidade de aplicação no município de São Gonçalo do Amarante/RN**. 2011. Disponível em: <<http://search.proquest.com/openview/c3c0d670153b807d89373fde796074e4/1?pq-origsite=gscholar>>. Acesso em 19 de set. 2016.

RODRIGUES, M. G. V. **Metodologia da pesquisa: elaboração de projetos, trabalhos acadêmicos e dissertações em ciências militares**/ Maria das Graças Villela Rodrigues. colaboração e ampliação José Fernando Chagas Madeira, Luiz Eduardo Possídio Santos, Clayton Amaral Domingues. 3. ed - Rio de Janeiro: EsAO, 2005.

RODRIGUES, M. L.; MALHEIROS, T. F; FERNANDES, V.; DARÓS, T. D. **A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais**. Revista de Saúde Social, São Paulo, v.21, supl. 3, p.96-110, 2012.

ROSSATO, J. **Compras públicas sustentáveis [Dissertação]: estudo nas instituições federais de ensino superior a partir das comissões permanentes de licitação** / Jaqueline Rossato; orientador Hans Michael van Bellen. - Florianópolis, SC, 2011.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Vértice, 1993.

SAVITZ, A. W., WEBER, K. **A Empresa Sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à Administração**. SÃO PAULO: HARBRA, 2001.

STRANZ, A. *et al.* **Projeto Universidade Solidária - Transmitindo Experiências em Educação Ambiental**. In: ZAKRZEWSKI, Sônia B. B., VALDUGA, Alice T. DEVILLA, Ivano A. (orgs). **Anais do I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental**, II Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental, XVI Semana Alto Uruguai do Meio Ambiente. Ed. EdiFAPES. Erechim – RS. p. 222. 2002.

THOMPSON, C. G.; BARTON, M. A. **Ecocentric and anthropocentric attitudes toward the environment.** *Journal of Environmental Psychology*, Thousand Oaks, CA, v. 14, n. 2, p. 149-157, June 1994.

UK SUSTAINABLE PROCUREMENT TASK FORCE. ***Procuring the Future.*** London: **Department for Environment, Food and Rural Affairs**, 2006. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/69417/pb11710-procuring-the-future-060607.pdf>. Acesso em 21 de jul. 2016.

VARNAS, A; BALFORS B.; FAITH-ELL, C. Environmental consideration in procurement of construction contracts: current practice, problems and opportunities in green procurement in the Swedish construction industry. ***Journal of Cleaner Production***, v.17, p.1214–1222, 2009.

VEIGA, J. E. D. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI.** 3ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

7 APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
MESTRADO

A PERCEPÇÃO DOS GESTORES DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – IFS *CAMPUS*
LAGARTO ACERCA DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este termo foi elaborado de acordo com as Normas da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “A percepção dos gestores do Instituto Federal de Sergipe – IFS *Campus* Lagarto acerca das licitações sustentáveis e o seu enquadramento como uma alternativa viável para subsidiar o processo de aquisições de bens e Serviços”, de responsabilidade de Fládson Ricardo Mendes dos Santos, mestrando da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profª Drª Márcia Batista da Fonseca. O objetivo desta pesquisa é avaliar a percepção dos gestores do IFS – *Campus* Lagarto acerca dos aspectos das licitações sustentáveis e seu enquadramento como uma alternativa viável para subsidiar o processo de aquisições de bens e serviços naquele *Campus*.

O tema em estudo se faz importante para a Administração Pública e para o público em geral, na medida em trata de questões que impactam diretamente na economia de recursos naturais, possibilitando preservar a subsistência das gerações futuras, além disso, a pequena quantidade estudos e trabalhos científicos já produzidos nessa área deixa uma grande lacuna para novas pesquisas, podendo o pesquisador colaborar com o desenvolvimento nacional sustentável.

Assim, gostaria de consultá-lo (a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo (a). Os dados provenientes dos questionários que participará ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de questionário. É para este procedimento que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco físico, todavia pode haver algum desconforto em responder algo que esteja sendo perguntado, ficando desde já informado que você poderá declinar da resposta que julgar incômoda ou mesmo de responder todo questionário.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento e sua recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

No caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de dúvida você pode procurar o

Coordenador do Projeto, Fládson Ricardo Mendes dos Santos, telefone (79) 99884-3487, e-mail: fladson.work@hotmail.com.

INFORMAÇÃO SOBRE A PESQUISA:

Dados de identificação

Título do Projeto: A PERCEPÇÃO DOS GESTORES DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – IFS
CAMPUS LAGARTO ACERCA DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.

Márcia Batista a Fonseca José Osman dos Santos Fládson Ricardo M. dos Santos
Pesquisador (orientadora) Pesquisador (co-orientador) Pesquisador
Instituição: Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Coordenador do Comitê de Ética: José Espínola Júnior
Endereço/PROPEX: Avenida Jorge Amado, 1551, Jardins Loteamento Garcia
Horário de Atendimento: Segunda-feira à sexta-feira, de 08h00min às 12h00min
Telefone (79) 3711-1437 E-mail cep@ifs.edu.br

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____,
RG/CPF _____/_____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo
como informante, disponibilizando informações de interesse da pesquisa como relatos e fotografias, desde
que não me exponha perante a comunidade. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo
pesquisador _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela
envolvidos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve
a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência.

Nome do voluntário: _____
Idade: _____ anos
R.G. _____
Local e data: _____
Assinatura do (a) participante: _____

Pesquisador: Fládson Ricardo Mendes dos Santos – CPF: 034.670.386-70
E-mail: Fladson.work@hotmail.com
Telefone de contato: (79) 99884-3487

(Documento impresso em 2 vias - 1 via participante e 1 via pesquisada)

APÊNDICE B – Questionário Estruturado

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA UNIVERSIDADE
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
MESTRADO

Título: A PERCEPÇÃO DOS GESTORES DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – IFS *CAMPUS*
LAGARTO ACERCA DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.

Nº Tabulação: _____ Entrevistador: _____ Data: ____/____/____
Local de Aplicação: _____

01. Sexo: 1 ☐ Feminino 2 ☐ Masculino

02. Idade: _____ anos

03. Categoria Funcional:

1 ☐ Docente 2 ☐ Técnico Administrativo

04. Vinculação Funcional:

1 ☐ Administração 2 ☐ Ensino

05. Tempo de Serviço no IFS: _____ anos

06. Grau de Escolaridade do entrevistado:

1 ☐ Médio/2º Grau Completo 2 ☐ Superior Incompleto* 3 ☐ Superior Completo 4 ☐ Pós-Graduado (especialização)

5 ☐ Pós-Graduado (Mestrado) 6 ☐ Pós-Graduado (Doutorado)

03.1. No caso de “Incompleto”, qual o último ano/semestre cursado integralmente? _____

OBJETIVO DA PESQUISA

Avaliar a percepção dos gestores do IFS – *Campus* Lagarto acerca dos aspectos das licitações sustentáveis e seu enquadramento como uma alternativa viável para subsidiar o processo de aquisições de bens e serviços.

I - CATEGORIA - POLÍTICA E DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E METAS

1. Você tem conhecimento sobre a existência de alguma política de compras para o IFS – *Campus* Lagarto?

1. () Sim
2. () Não
3. () Não sei responder (NSR)

2. Se sim, nela os objetivos e metas estão traçados e definidos?

1. () Não
2. () NSR

3. Sobre a importância do IFS – *Campus* Lagarto se preocupar, de forma contínua, com questões ambientais em suas licitações qual o seu posicionamento?

1. () Discordo totalmente
2. () Discordo parcialmente
3. () Concordo parcialmente
4. () Concordo totalmente
5. () NSR

4. Você concorda que uma política voltada para Licitações sustentáveis no IFS – *Campus* Lagarto poderia colaborar com a gestão sustentável e ambiental da Instituição?

1. () Discordo totalmente
2. () Discordo parcialmente
3. () parcialmente
4. () Concordo totalmente
5. () NSR

II - CATEGORIA - CONFORMIDADE LEGAL E ASPECTOS ECONÔMICOS

5. Você tem conhecimento se as modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 são utilizadas nos processos licitatórios do IFS- *Campus* Lagarto?

1. ☐ Desconheço totalmente
2. ☐ Desconheço parcialmente
3. ☐ Conheço parcialmente
4. ☐ Conheço totalmente
5. ☐ NSR

6. No IFS – *Campus* Lagarto, os envolvidos no processo de licitações, tem amplo conhecimento da legislação e dos atos normativos que regulamentam sua sistemática?

1. ☐ Discordo totalmente
2. ☐ Discordo parcialmente
3. ☐ Concordo parcialmente
4. ☐ Concordo totalmente
5. ☐ NSR

7. Existem nas licitações do IFS – *Campus* Lagarto uma relação entre qualidade e preço?

1. ☐ Discordo totalmente
2. ☐ Discordo parcialmente
3. ☐ Concordo parcialmente
4. ☐ Concordo totalmente
5. ☐ NSR

8. A instituição estaria disposta a pagar mais caro por um produto que agredisse menos o meio ambiente?

1. ☐ Discordo totalmente
2. ☐ Discordo parcialmente
3. ☐ Concordo parcialmente
4. ☐ Concordo totalmente
5. ☐ NSR

9. Existem critérios de sustentabilidade estabelecidos nas licitações operadas pelo IFS – *Campus* Lagarto?

1. ☐ Discordo totalmente
2. ☐ Discordo parcialmente
3. ☐ Concordo parcialmente
4. ☐ Concordo totalmente
5. ☐ NSR

(se a resposta for “concordo ou concordo parcialmente”, pular a pergunta 10)

10. Na sua opinião, você acha que é possível a inserção de critérios ambientais nas licitações do IFS – *Campus* Lagarto?

1. ☐ Discordo totalmente
2. ☐ Discordo parcialmente
3. ☐ Concordo parcialmente
4. ☐ Concordo totalmente
5. ☐ NSR

III - CATEGORIA - BARREIRAS ORGANIZACIONAIS (SERVIDORES E FORNECEDORES)

11. O IFS – *Campus* Lagarto trabalha com uma relação de fornecedores que têm algum tipo de certificação ambiental, como por exemplo: ISO, Selo Ambiental, Selo Verde, etc?

1. ☐ Discordo totalmente
2. ☐ Discordo parcialmente
3. ☐ Concordo parcialmente
4. ☐ Concordo totalmente
5. ☐ NSR

12. Na sua opinião, você acha que é importante para o IFS – *Campus* Lagarto adquirir produtos e serviços, exclusivamente, através de fornecedores que tenham certificação ou selo de responsabilidade ambiental reconhecidos?

1. ☐ Discordo totalmente
2. ☐ Discordo parcialmente
3. ☐ Concordo parcialmente
4. ☐ Concordo totalmente
5. ☐ NSR

13. Você acha que o IFS – *Campus* Lagarto enfrentaria dificuldade em encontrar no mercado fornecedores que se enquadrassem às exigências dos critérios de sustentabilidade no processo licitatório?

1. ☐ Discordo totalmente
2. ☐ Discordo parcialmente
3. ☐ Concordo parcialmente
4. ☐ Concordo totalmente
5. ☐ NSR

14. Você concorda que pode haver resistência do corpo funcional do IFS – *Campus* Lagarto para inserção de critérios ambientais no processo licitatório?

1. ☐ Discordo totalmente
2. ☐ Discordo parcialmente
3. ☐ Concordo parcialmente
4. ☐ Concordo totalmente
5. ☐ NSR

IV - CATEGORIA - CONHECIMENTO E COMUNICAÇÃO

15. Você acha que o setor de Licitações do IFS – *Campus* Lagarto, com sua estrutura administrativa atual, teria condições técnicas de inserir critérios de sustentabilidade no processo licitatório ou mesmo nas compras diretas (dispensas e inexigibilidades)?

1. ☐ Discordo totalmente
2. ☐ Discordo parcialmente
3. ☐ Concordo parcialmente
4. ☐ Concordo totalmente
5. ☐ NSR

16. Na sua opinião, existem benefícios econômicos nas licitações sustentáveis, levando-se em consideração a durabilidade dos produtos?

1. ☐ Discordo totalmente
2. ☐ Discordo parcialmente
3. ☐ Concordo parcialmente
4. ☐ Concordo totalmente
5. ☐ NSR

17. Você acha que existem benefícios sociais relevantes na aplicação das licitações sustentáveis?

1. ☐ Discordo totalmente
2. ☐ Discordo parcialmente
3. ☐ Concordo parcialmente
4. ☐ Concordo totalmente
5. ☐ NSR

18. Levando-se em consideração o uso dos recursos na produção ou fornecimento de serviços, você acha que existem benefícios ambientais presentes nas licitações sustentáveis?

1. ☐ Discordo totalmente
2. ☐ Discordo parcialmente
3. ☐ Concordo totalmente
4. ☐ NSR

19. Você conhece outras instituições federais de ensino que adotaram as licitações sustentáveis?

1. ☐ Sim
2. ☐ Não
3. ☐ NSR

20. Na sua opinião, a inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações do IFS - *Campus* Lagarto, de acordo com a Lei 8.666/93 e a Portaria 01/2010 do Governo Federal podem de alguma maneira induzir o crescimento do mercado de bens e serviços sustentáveis na região?

1. ☐ Discordo totalmente
2. ☐ Discordo parcialmente
3. ☐ Concordo parcialmente
4. ☐ Concordo totalmente
5. ☐ NSR

21. Na sua opinião, a inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações pode aumentar a competitividade e o comércio local, colaborando com o desenvolvimento e a inovação na região?

1. ☐ Discordo totalmente
2. ☐ Discordo parcialmente
3. ☐ Concordo parcialmente
4. ☐ Concordo totalmente
5. ☐ NSR

22. A respeito da adoção de licitações sustentáveis pelo IFS – *Campus* Lagarto, na sua opinião, tal iniciativa poderia colaborar para o reconhecimento da Instituição como referência nessa prática, adquirindo notoriedade interna e externa?

1. ☐ Discordo totalmente
2. ☐ Discordo parcialmente
3. ☐ Concordo parcialmente
4. ☐ Concordo totalmente
5. ☐ NSR

23. O programa “IFS SUSTENTÁVEL”, criado pelo IFS e que trata dentre outros aspectos sustentáveis a questão das licitações é de seu conhecimento?

1. ☐ Desconheço totalmente
2. ☐ Desconheço parcialmente
3. ☐ Conheço parcialmente
4. ☐ Conheço totalmente
5. ☐ NSR

24. É de seu conhecimento se houve comunicação corporativa sobre o programa “IFS SUSTENTÁVEL”?

1. ☐ Desconheço totalmente
2. ☐ Desconheço parcialmente
3. ☐ Conheço parcialmente
4. ☐ Conheço totalmente
5. ☐ NSR

25. Na sua opinião, você considera importante que a Instituição crie programas e normativos para regular as atividades inerentes as licitações sustentáveis?

1. ☐ Sim
2. ☐ Não
3. ☐ NSR

Este questionário foi elaborado de acordo com as Normas da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, que aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e os seus resultados serão divulgados somente de forma agrupada, nunca identificando o entrevistado, considerando as orientações contidas no TCLE.

Agradecemos sua participação!